

TIGRE S.A. PARTICIPAÇÕES
Sociedade de Capital Aberto - Joinville-SC
CNPJ nº 84.684.455/0001-63

**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS 2025**



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas,
Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V. Sas. o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado e Notas explicativas, relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Permanecemos à inteira disposição dos Senhores Acionistas para os esclarecimentos que se fizerem necessários.
A Administração, Joinville, 23 março de 2026.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024		31/12/2025	31/12/2024		
Ativo Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	5	29	27	305.224	150.959	17	358	308	456.459	570.144
Aplicações financeiras	5	7.811	122.169	237.456	397.562	18	-	-	22.029	21.631
Contas a receber de clientes	7	862	826	822.825	831.132	19	42.082	144.292	52.356	316.936
Estoques	8	-	-	699.093	967.950	12	-	-	28.630	20.875
Impostos a recuperar	9	20	246	145.615	175.909	6	2.278	6.088	2.278	13.576
IR e CSLL a recuperar	22	179.835	138.948	220.909	174.896	22	314	292	75.829	78.829
Dividendos a receber	11	7.598	75.492	530	-	22	4.217	1.706	54.823	44.467
Instrumentos financeiros derivativos	6	-	-	-	504	22	-	8.370	33.155	31.128
Adiantamento a fornecedores		43	-	31.522	46.487		3.811	-	28.790	20.977
Outras contas a receber		2.015	5.066	44.926	52.159	20	-	-	17.044	180
		198.213	342.774	2.508.100	2.797.558		26.867	10.408	27.352	11.056
Ativos não circulantes mantidos para venda	16	-	-	-	50.057	21	1.170	3.913	131.794	131.483
		198.213	342.774	2.508.100	2.847.615		81.097	175.377	930.539	1.261.282
Ativo Não circulante										
Contas a receber de clientes	7	4.073	3.517	1.391	1.478		991.611	989.272	1.423.824	1.732.348
Impostos a recuperar	9	-	-	110.901	226.550	12	-	-	33.412	27.413
IR e CSLL a recuperar	22	-	-	-	7.269	20	-	-	58.800	115.033
Depósitos judiciais	20	-	-	15.827	15.676	22	-	-	-	-
IR e CSLL diferidos	22	42.929	44.901	156.298	239.981		-	-	15.629	15.901
Outras contas a receber		4.055	9.925	30.651	30.987	21	34.368	21.486	1.454	1.109
		51.057	58.343	315.068	521.941		1.025.979	1.010.758	1.533.119	1.891.804
Investimentos	11	2.672.897	2.574.447	151.885	126.525	23	956.066	956.066	956.066	956.066
Propriedades para investimento	10	53.234	54.592	1.432	1.596		799.972	799.052	799.972	799.052
Ativos de direito de uso	12	-	-	60.885	49.999		21.571	(13.304)	(21.571)	(13.304)
Imobilizado	14	-	-	1.188.012	1.332.697		23.874	150.881	23.874	150.881
Intangível	13	1.564	1.754	181.705	184.318		84.467	84.467	84.467	84.467
		2.727.695	2.630.793	1.583.919	1.695.135		80.602	(191.273)	80.602	(191.273)
Total do ativo		2.976.965	3.031.910	4.407.087	5.064.691		(53.521)	59.886	(53.521)	59.886

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024		2025	2024		
Lucro líquido (prejuízo) do período		171.735	(203.133)	192.471	(186.016)		171.735	(203.133)	192.471	(186.016)
Outros resultados abrangentes										
Itens que não serão reclassificados para o resultado										
Efeito da aplicação do CPC 42/IAS 29 - Contabilidade em Economia Hiperinflacionária		27.792	96.918	27.792	96.918		27.792	96.918	27.792	96.918
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em investidas		609	75	609	75		609	75	609	75
		28.401	96.993	28.401	96.993					
Itens que serão reclassificados para o resultado										
Ajustes de conversão - variação cambial de investimentos		(87.634)	160.817	(87.634)	161.881		(87.634)	160.817	(87.634)	161.881
Realização de ajustes de conversão - Equador, Colômbia e Chile		(56.689)	-	(56.689)	-		(56.689)	-	(56.689)	-
Aquisição de participação societária		-	(2.372)	-	(2.200)		-	(2.372)	-	(2.200)
Hedge accounting de fluxo de caixa		3.811	(9.468)	3.811	(9.468)		3.811	(9.468)	3.811	(9.468)
IR sobre hedge accounting de fluxo de caixa		(1.296)	3.219	(1.296)	3.219		(1.296)	3.219	(1.296)	3.219
		(141.808)	152.196	(141.808)	153.432		(141.808)	152.196	(141.808)	153.432
Resultado abrangente total		58.328	46.056	58.328	46.056		58.328	46.056	58.328	46.056
Resultado abrangente atribuível ao(s):										
Acionistas controladores		58.328	46.056	58.328	46.056		58.328	46.056	58.328	46.056
Acionistas não controladores		-	-	20.736	18.353		-	-	20.736	18.353

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma))

	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024		2025	2024		
Receita líquida	24	9.652	9.439	4.928.547	4.823.208	24	9.652	9.439	4.928.547	4.823.208
Custos das operações	25	(2.791)	(2.962)	(2.869.543)	(2.965.310)	25	(2.791)	(2.962)	(2.869.543)	(2.965.310)
Lucro bruto		6.861	6.477	2.059.004	1.857.898		6.861	6.477	2.059.004	1.857.898
(Despesas) receitas operacionais										
Vendas	25	-	-	(966.282)	(1.016.654)		-	-	(966.282)	(1.016.654)
Administrativas e gerais	25	(29.873)	(25.477)	(534.561)	(559.560)		(29.873)	(25.477)	(534.561)	(559.560)
Resultado da equivalência patrimonial	11	287.878	(95.238)	22.469	13.913		287.878	(95.238)	22.469	13.913
Redução ao valor recuperável de ativos		-	-	-	(13.810)		-	-	-	(13.810)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	25	783	1.898	70.489	116.759		783	1.898	70.489	116.759
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		265.649	(112.340)	651.119	398.546		265.649	(112.340)	651.119	398.546
Receitas financeiras		40.896	13.451	135.633	88.119		40.896	13.451	135.633	88.119
Despesas financeiras		(169.666)	(128.484)	(297.792)	(277.497)		(169.666)	(128.484)	(297.792)	(277.497)
Outros itens financeiros, líquidos		50.898	6.894	(135.130)	(164.159)		50.898	6.894	(135.130)	(164.159)
Resultado financeiro, líquido	26	(77.872)	(108.139)	(297.889)	(353.537)	26	(77.872)	(108.139)	(297.889)	(353.537)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		187.777	(220.479)	353.230	44.009		187.777	(220.479)	353.230	44.009
Imposto de renda e contribuição social	22	-	-	-	-		-	-	-	-
Corrente		(15.365)	(1.190)	(85.852)	(88.248)		(15.365)	(1.190)	(85.852)	(88.248)
Diferido		(677)	18.536	(75.507)	(142.777)		(677)	18.536	(75.507)	(142.777)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		171.735	(203.133)	192.471	(186.016)		171.735	(203.133)	192.471	(186.016)
Atribuído a:										
Participação dos acionistas controladores		171.735	(203.133)	171.735	(203.133)		171.735	(203.133)	171.735	(203.133)
Participação acionistas não controladores		-	-	20.736	17.117		-	-	20.736	17.117
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		171.735	(203.133)	192.471	(186.016)		171.735	(203.133)	192.471	(186.016)
Resultado básico por ação (em R\$/ação)	23	11,32	(13,35)	11,32	(13,35)		11,32	(13,35)	11,32	(13,35)
Resultado diluído por ação (em R\$/ação)	23	11,04	(13,35)	11,04	(13,35)		11,04	(13,35)	11,04	(13,35)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado			
		2025	2024	2025	2024		2025	2024				
Saldos em 01 de janeiro de 2024		947.516	814.940	(4.500)	84.467	150.881	113.595	(189.303)	-	1.917.596	47.477	1.965.073
Lucro líquido (prejuízo) do período		-	-	-	-	-	-	(203.133)	(203.133)	17.117	(186.016)	-
Aumento de capital social		8.550	-	-	-	-	-	-	8.550	-	8.550	-
Ajustes de conversão - variação cambial de investimentos		-	-	-	-	-	160.817	-	160.817	1.064	161.881	-
Efeito da aplicação da economia hiperinflacionária (CPC 42/IAS 29)		-	-	-	-	-	96.918	-	96.918	-	96.918	-
Hedge accounting de fluxo de caixa		-	-	-	-	-	(6.249)	-	(6.249)	-	(6.249)	-
Opção de ações		-	339	-	-	-	-	339	-	-	339	-
Recuperação de ações de tesouraria		-	-	(10.004)	-	-	-	(10.004)	-	(10.004)	-	(10.004)
Venda de ações em tesouraria		-	-	1.200	-	-	-	1.200	-	1.200	-	1.200
Aquisição de participação societária sem mudança no controle		-	-	-	-	-	(2.372)	-	(2.372)	172	(2.200)	-
Transações com acionistas		-	(16.227)	-	-	-	9.154	-	(7.073)	-	(7.073)	-
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	75	-	75	-	75	-
Destinações												
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio		-	-	-	-	-	(110.889)	-	(110.889)	-	(110.889)	-
Absorção de prejuízos acumulados		-	-	-	-	-	(203.133)	-	203.133	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		956.066	799.052	(13.304)	84.467							

... continuação

TIGRE S.A. PARTICIPAÇÕES | Sociedade de Capital Aberto - Joinville-SC | CNPJ nº 84.684.455/0001-63

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)											
	Nota	Controladora		Consolidado			Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	31/12/2024	2025	2024			2025	31/12/2024	2025	2024
Receitas	24	11.419	10.498	5.968.404	5.902.433	Distribuição do valor adicionado	385.265	(69.341)	2.754.660	2.444.000	
Vendas de mercadorias, produtos e serviços		-	-	5.939.427	5.800.190	Pessoal	22.125	17.239	733.167	706.330	
Outras receitas		11.419	10.498	41.392	118.444	Remuneração direta	11.685	12.167	514.596	501.894	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		-	-	(12.415)	(16.201)	Benefícios	10.440	5.072	186.760	179.010	
Insumos adquiridos de terceiros	25	(7.689)	(6.093)	(3.282.196)	(3.482.850)	F.G.T.S.	-	-	31.811	25.426	
Custos das vendas		-	-	(2.326.208)	(2.451.868)	Impostos, taxas e contribuições	34.823	(7.040)	1.254.112	1.327.002	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(4.898)	(3.131)	(1.003.885)	(1.024.807)	Federais	34.823	(7.176)	602.608	679.397	
Recuperação (perda) de valores ativos		-	-	47.897	7.635	Estaduais	-	136	634.922	631.461	
Redução ao valor recuperável de ativos		-	-	-	(13.810)	Municipais	-	-	16.582	16.144	
Valor adicionado bruto	25	3.730	4.405	2.686.208	2.419.583	Remuneração de capitais de terceiros	156.582	123.593	574.910	596.684	
Depreciação e amortização		-	-	(189.789)	(180.472)	Juros	152.357	118.790	233.833	216.447	
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	26	3.730	4.405	2.496.419	2.239.111	Aluguéis	-	-	66.662	58.462	
Valor adicionado recebido em transferência		381.535	(73.746)	258.241	204.889	Outras	4.225	4.803	274.415	321.775	
Resultado de equivalência patrimonial		287.878	(95.238)	22.469	13.913	Remuneração de capitais próprios	171.735	(203.133)	192.471	(186.016)	
Receitas financeiras		93.657	21.492	235.772	190.976	Lucros (Prejuízos) retidos	171.735	(203.133)	171.735	(203.133)	
Total do valor adicionado a distribuir		385.265	(69.341)	2.754.660	2.444.000	Participação de não controladores em lucros retidos	-	-	20.736	17.117	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Contexto operacional: A Tigre S.A. Participações (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, registrada na categoria B junto à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com sede na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina. A Companhia e suas controladas, em conjunto denominadas “Grupo”, têm por objeto social a industrialização, o comércio, a importação e a exportação de tubos, conexões e materiais para construção em geral. Adicionalmente, a Companhia exerce atividades de holding, em razão das participações societárias detidas em outras empresas. Atualmente, o Grupo possui unidades operacionais no Brasil e no exterior, desenvolvendo as seguintes atividades:

Atividade	Cidade	País
Tubos e Conexões	Joinville - SC	Brasil
Imobiliária	Joinville - SC	Brasil
Hidráulicos de materiais plásticos	Joinville - SC	Brasil
Tubos e Conexões	Rio Claro - SP	Brasil
Tratamento de Água	Indaiatuba - SP	Brasil
Escovas, Pincéis e Vassouras	Castro - PR	Brasil
Tubos e Conexões	Escada - PE	Brasil
Tubos e Conexões e Acessórios	Manaus - AM	Brasil
Pillar		Argentina
Tubos e Conexões	Santiago	Chile (em processo de encerramento das operações)
Tubos e Conexões	Lampa	Chile (em processo de encerramento das operações)
Tubos e Conexões	Assunción	Paraguai
Tubos e Conexões	La Paz	Bolívia
Tubos e Conexões	Santa Cruz de La Sierra	Bolívia
Tubos e Conexões	Quito	Equador (em processo de encerramento das operações)
Tubos e Conexões	Janesville	Estados Unidos da América
Tubos e Conexões	Beaumont	Estados Unidos da América
Tubos e Conexões	Celina	Estados Unidos da América
Tubos e Conexões	Libertad	Uruguai
Tubos e Conexões	Lima	Peru
Tubos e Conexões	Cota - Cundinamarca	Colômbia (em processo de encerramento das operações)

Todas as informações materiais das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas ora apresentadas foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de março de 2026.

1.2. Principais eventos ocorridos em 2025: **a) Reorganizações societárias:** Em 25 de fevereiro de 2025, a Companhia aprovou proposta de reorganização societária envolvendo duas de suas subsidiárias, por meio da incorporação integral da Tigre Indústria e Comércio de Compostos Plásticos Ltda. pela Tigre Ferramentas para Construção Civil S.A. A operação teve como objetivo a expansão e a maximização das sinergias operacionais e comerciais, bem como o reforço do foco no planejamento estratégico e na sustentabilidade do negócio. A incorporação foi efetivamente concluída em 1º de abril de 2025. **b) Aquisição de participação societária na SPE Serra da Mangabeira S.A.** Em 30 de junho de 2025, a Companhia, por intermédio de sua controlada Tigre Materiais e Soluções para Construção Ltda., celebrou, junto à Statkraft Energias Renováveis S.A., acordo de acionistas para a aquisição de participação societária na SPE Serra da Mangabeira S.A. no montante de R\$ 3.000 e com participação econômica de aproximadamente 1%, cuja atividade principal consiste na geração de energia eólica. O acordo possibilita ao Grupo Tigre a equiparação à condição de autoprodutor de energia, nos termos da Lei nº 11.488/2007. A energia gerada será destinada ao consumo próprio, com o objetivo de reduzir os custos de produção e conferir maior previsibilidade à cadeia de suprimentos. A aquisição reforça o compromisso do Grupo Tigre com os diretrizes ESG, contribuindo para uma redução estimada de aproximadamente 70% das emissões de gases de efeito estufa relacionadas ao consumo de energia elétrica. **c) Reclassificação de ajustes acumulados de conversão:** Em agosto de 2025, a Companhia concluiu a redução de capital da controlada Tigre Equador, no montante de R\$ 34.434. A substância econômica da operação caracterizou-se como uma liquidação parcial do investimento, resultando no reconhecimento de um ganho total de R\$ 30.472, sendo R\$ 19.045 reconhecidos na Tigre S.A. Participações e R\$ 11.247 na Tigre Colômbia S.A.S., registrado na rubrica “Outros itens financeiros, líquidos”. Adicionalmente, em decorrência da venda dos ativos anteriormente classificados como mantidos para venda, a Companhia concluiu que as subsidiárias Tigre Chile S.A. e Tigre Colômbia S.A.S., que já não possuíam operações ativas, passaram a ser caracterizadas como operações abandonadas para fins de aplicação da IAS 21. Essa classificação resultou no reconhecimento de um ganho líquido de R\$ 37.644, registrado na rubrica “Outros itens financeiros, líquidos”. Tais efeitos decorreram da reclassificação dos ajustes acumulados de conversão, anteriormente registrados no patrimônio líquido, para o resultado do exercício. **d) Conclusão da venda de ativos da Tigre Colômbia e Tigre Chile:** Entre abril e agosto de 2025, a Companhia concluiu a alienação de determinados ativos imobilizados da subsidiária Tigre Colômbia S.A.S., pelo montante de COP 21.862.252 (R\$ 25.529). Os ativos alienados possuíam valor contábil líquido de COP 17.982.388 (R\$ 24.280), resultando no reconhecimento de ganho de COP 3.879.874 (R\$ 5.249) no resultado do exercício. Em novembro de 2025, a Companhia concluiu a alienação dos ativos imobilizados da subsidiária Tigre Chile S.A., anteriormente classificados como ativos não circulantes mantidos para venda. A operação resultou em entrada líquida de caixa de CLP 19.388.180 e no reconhecimento de ganho de CLP 8.586.904 no resultado (equivalentes a R\$ 111.820 e R\$ 49.368, respectivamente). **e) Créditos e despesas fiscais extemporâneos:** Durante o exercício em 2025, a Companhia reconheceu créditos e despesas fiscais líquidos, extemporâneos, no montante de R\$ 51.166 (créditos tributários em R\$ 70.951, despesas tributárias em R\$ 16.840 e despesas com honorários de consultores em R\$ 2.945), registrado na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas. Os créditos reconhecidos referem-se a dispêndios operacionais, tais como manutenção de máquinas, insumos de produção, ferramentas, equipamentos de proteção individual, bens do ativo imobilizado e serviços contratados, identificados em revisão interna conduzida pela Companhia com o apoio de consultores externos. O reconhecimento encontra respaldo em pareceres técnicos e jurídicos (*legal opinions*), fundamentados na legislação vigente e em entendimentos consolidados da Receita Federal do Brasil e do Superior Tribunal de Justiça, não envolvendo teses judiciais ou interpretações controversas, mas sim créditos legítimos não aproveitados em períodos anteriores. **f) Aumento de capital de controlada no exterior:** Em dezembro de 2025, a Companhia realizou aumento de capital social na subsidiária Tigre USA Inc., por meio de aporte de recursos em caixa no montante de US\$ 64.800 (R\$ 358.289). **g) Amortização de dívida na Tigre USA:** Em dezembro de 2025, o Conselho de Administração aprovou a proposta de repêrfilamento da dívida da subsidiária Tigre USA, que envolveu a amortização do montante de US\$ 64.800 (R\$ 356.556). Os recursos utilizados foram provenientes de aumento de capital em espécie, bem como do alongamento do passivo por meio da contratação de dois novos empréstimos, nos montantes de US\$ 36.000 (R\$ 198.086) e US\$ 42.550 (R\$ 234.127), com prazos de vencimento de 3 e 5 anos, respectivamente. Mais informações na Nota Explicativa nº 19 - Empréstimos, financiamentos e debêntures. **1.3. Base de preparação e mudanças de apresentação: Declaração de conformidade (em relação às normas IFRS e Práticas contábeis adotadas no Brasil):** As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na nota explicativa nº 3 - Práticas contábeis. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas bem como o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. As políticas que requerem maior nível de julgamento e possuem um grau elevado de complexidade, as premissas e as estimativas significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na nota explicativa nº 2 - Estimativas e premissas contábeis críticas. **Demonstração do valor adicionado:** A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - “Demonstração do Valor Adicionado”. As normas internacionais *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. **Reapresentação dos saldos comparativos:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia procedeu à reapresentação de determinados saldos comparativos das demonstrações financeiras do exercício anterior, decorrente de: (i) reclassificação entre as rubricas de Intangível e IR e CSLL diferidos; e (ii) alteração na apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, de forma que o saldo final passou a contemplar exclusivamente caixa e equivalentes de caixa, sendo as movimentações relativas a aplicações financeiras apresentadas nas atividades de investimento. Essa reapresentação resultou apenas em alteração na classificação e apresentação das informações comparativas, não impactando o lucro líquido, o patrimônio líquido nem a variação líquida de caixa e equivalentes de caixa anteriormente apresentados.

2. ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

A elaboração das demonstrações financeiras consolidadas requer que a Administração utilize julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas, bem como as divulgações apresentadas. As estimativas e premissas são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica, em informações disponíveis no mercado e em expectativas quanto a eventos futuros, consideradas razoáveis nas circunstâncias. Por sua natureza, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas que envolvem maior grau de julgamento e que apresentam risco significativo de ocasionar ajustes relevantes nos valores contábeis de ativos e passivos nos próximos exercícios estão descritas a seguir. **a) Principais premissas utilizadas nos cálculos de valor em uso:** Anualmente, o Grupo avalia a necessidade de reconhecimento de eventual redução ao valor recuperável do ágio. Para fins desse teste, o ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (“UGC”) ou aos respectivos grupos de UGC, cujos valores recuperáveis são apurados com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos são elaborados a partir de estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela Administração. As projeções de fluxos de caixa consideram estimativas específicas para um horizonte de cinco anos, bem como a aplicação de uma taxa de crescimento na perpetuidade para o período. A taxa de crescimento na perpetuidade foi definida com base na estimativa da taxa anual composta de crescimento de longo prazo do LAJIDA, a qual a Administração entender ser consistente com as premissas que um participante de mercado adotaria. **b) Estimativas de perdas com ativos financeiros - Impairment:** O reconhecimento de perdas de crédito esperadas com ativos financeiros envolve o uso de estimativas relacionadas ao risco de inadimplência, às taxas históricas de perda e às expectativas quanto às condições econômicas futuras. Essas estimativas consideram a experiência histórica de perdas, informações atuais de mercado e informações prospectivas ao final de cada período de reporte. Alterações nas condições econômicas, no ambiente de crédito ou no perfil de risco dos clientes podem impactar de forma significativa os valores reconhecidos a título de perdas de crédito esperadas. **c) Taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário:** Nos contratos de arrendamento em que não é possível determinar de forma contábil a taxa de desconto implícita, o Grupo utiliza a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário para mensuração inicial dos passivos de arrendamento. A determinação dessa taxa envolve estimativas relacionadas ao custo de captação do Grupo em condições semelhantes, considerando prazo, garantias, perfil de crédito e ambiente econômico vigente. Sempre que possível, são utilizadas informações observáveis de mercado como base, ajustadas para refletir as características específicas de cada contrato. Alterações nas condições de mercado ou no perfil de risco do Grupo podem impactar a taxa aplicada e, consequentemente, a mensuração dos passivos de arrendamento e dos ativos de direito de uso. **d) Imposto de renda e Contribuição Social diferidos:** Os ativos fiscais diferidos de Imposto de Renda e Contribuição Social são principalmente relacionado a prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social da controladora e de suas subsidiárias. A recuperabilidade desses ativos é avaliada com base nas projeções de lucro tributável futuro, elaboradas a partir dos planos de negócios e orçamentos aprovados pela Administração. A realização dos créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas está estimada para ocorrer no prazo de até 10 anos, podendo ser impactada por mudanças nas expectativas de resultados futuros ou na legislação tributária aplicável. As projeções de lucro tributável consideram as limitações legais aplicáveis à compensação de prejuízos fiscais e bases negativas, bem como as expectativas de resultados futuros por entidade, conforme os planos de negócios aprovados pela Administração. **e) Tratamentos fiscais incertos e contingências:** Detalhamento conforme nota explicativa 20 - Provisões para contingências e depósitos judiciais. **2.1. Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis:** **a) Determinação do prazo de arrendamento:** Na determinação do prazo dos contratos de arrendamento, a Administração considera todos os fatos e circunstâncias que criem incentivos econômicos relevantes para o exercício de opções de prorrogação ou para o não exercício de opções de rescisão, conforme previsto no IFRS 16. As opções de prorrogação são incluídas no prazo do arrendamento apenas quando há certeza razoável de que serão exercidas. Essa avaliação é revisada sempre que ocorrer um evento ou mudança significativa nas circunstâncias, sob controle do Grupo, que afete a avaliação inicial.

3. PRÁTICAS CONTÁBEIS

Resumo das principais políticas contábeis: As políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **3.1. Consolidação:** **a) Controladas:** São entidades que o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo e a consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle. Transações, saldos e ganhos não realizados em operações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são consistentes com as práticas adotadas pela Controladora, visando assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. **b) Transações com participações de não controladores:** O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”. **c) Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto:** Coligadas são entidades sobre as quais o Grupo exerce influência significativa, mas não possui controle ou controle

conjunto. A influência significativa é caracterizada pelo poder de participar das decisões financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle sobre essas políticas, sendo avaliada com base nos fatos e circunstâncias aplicáveis. Acordos conjuntos são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor. As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais do Grupo. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras. Os investimentos em coligadas e *joint ventures* são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento do Grupo em coligadas e *joint ventures* inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada. A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e *joint ventures* é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas do Grupo. **3.2. Conversão de moeda estrangeira:** **a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a “moeda funcional”). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais (R\$), que representa a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação do Grupo. **b) Transações e saldos em moedas estrangeiras:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das controladas utilizando as taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira na data de apresentação das demonstrações financeiras são reconvertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio vigente naquela data. As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado do exercício. Ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira que são mensurados ao valor justo são reconvertidos para a moeda funcional utilizando a taxa de câmbio da data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários mensurados ao custo histórico permanecem registrados pela taxa de câmbio da data da transação, não sendo objeto de reconversão subsequente. **c) Empresas do Grupo com outras moedas funcionais:** Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos para a moeda de apresentação, como segue: (i) Os ativos e passivos apresentados no balanço patrimonial são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço. (ii) As receitas e despesas da demonstração do resultado são convertidas pelas taxas médias de câmbio, exceto para a investida Tigre Argentina S.A., visto que o Grupo aplica a contabilidade de economia altamente inflacionária para esta subsidiária, utilizando assim a taxa de fechamento de cada período. (iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”. Entretanto, se a controlada não for controlada integral, então parte proporcional da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores. Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do balanço patrimonial são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda da venda. **3.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o numerário em espécie, os depósitos bancários à vista e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor. **3.4. Instrumentos Financeiros:** **a) Reconhecimento e mensuração inicial:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Ativos financeiros (exceto contas a receber sem financiamento significativo) ou passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, ajustado por custos de transação quando aplicável. Uma conta a receber sem um componente significativo de financiamento é mensurada inicialmente pelo preço da transação. Caso haja um direito incondicional a um valor diferente do preço da transação, o recebível será mensurado por esse valor. **b) Classificação e mensuração subsequente:** O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: **Ativos financeiros:** **• Mensurados ao custo amortizado:** Se o ativo for mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é receber fluxos de caixa contratuais e seus termos gerarem apenas pagamentos de principal e juros (SPPI). **• Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** Instrumentos de dívida mantidos tanto para recebimento de fluxos de caixa quanto para venda, desde que os termos contratuais atendam ao critério SPPI. **• Mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR):** Ativos mantidos para negociação ou gerenciados com base no valor justo. **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto quando classificados como mantidos para negociação, derivativos ou designados como VJR no reconhecimento inicial. **c) Avaliação do modelo de negócios:** O Grupo realiza uma avaliação para determinar a classificação dos ativos financeiros conforme o modelo de negócios: **• Mantido para recebimento:** Inclui contas a receber e uma carteira de títulos de dívida corporativa, cujo objetivo é gerar cupons fixos e gerenciar riscos de taxa de juros. **• Mantido para recebimento e venda:** Inclui uma carteira de títulos de dívida corporativa utilizada para gerenciamento de liquidez. **• Mantido para negociação:** Inclui títulos de capital listados e títulos de dívida soberana adquiridos para fins de negociação. **d) Compensação de instrumentos financeiros:** O Grupo compensa ativos e passivos financeiros quando há um direito legalmente exequível e a intenção de liquidá-los simultaneamente. **e) Desreconhecimento:** Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos sobre os fluxos de caixa expiram ou são transferidos sem retenção substancial de riscos e benefícios. Caso contrário, permanecem reconhecidos no balanço patrimonial. **f) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge:** **Mensuração:** Os derivativos são inicialmente mensurados ao valor justo e continuam sendo mensurados ao valor justo após o reconhecimento inicial. **Hedge de Fluxo de Caixa:** Quando um derivativo é designado como hedge de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes. A porção não efetiva das variações no valor justo é reconhecida no resultado. Caso o hedge deixe de atender aos critérios de contabilização de hedge, ou se o instrumento de hedge expirar, for vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de hedge é descontinuada prospectivamente. Se os fluxos de caixa futuros objeto de hedge não forem mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são imediatamente reclassificados para o resultado. **3.5. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. O Grupo mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Além disso, para estimativa de perdas de devedores duvidosos, o Grupo adota o conceito, segundo a norma internacional IFRS 9/ CPC 48 - Instrumentos Financeiros, que prevê a deterioração da carteira atual como um todo, utilizando como premissa uma matriz que deve analisar o comportamento histórico de cada negócio/empresa do grupo, utilizando o faturamento em períodos de no mínimo 1 ano para trás, dividindo em categorias de prazos de pagamentos distintos, agrupados de acordo com o comportamento dos clientes historicamente. Ou seja, a apuração é realizada da carteira como um todo e não cliente a cliente. A matriz é atualizada anualmente pelo Grupo. **3.6. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido. O método de avaliação dos estoques é o de má dâmia ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. **3.7. Ativos intangíveis:** Os ativos intangíveis são reconhecidos pelo custo de aquisição, líquidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados pelo método linear. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*). O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o seu valor em uso e o seu valor justo de venda, líquido dos custos necessários para efetivar a venda. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) será reconhecida no resultado. As vidas úteis estimadas para os itens do ativo intangível são conforme segue:

	Anos
Ágio	-
Marcas e patentes	-
Relacionamentos com clientes	8
Software	4
Direitos comerciais	12

3.8. Ativo Imobilizado: O ativo imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, que inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo em separado, e somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado para o resultado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações	29
Máquinas e equipamentos	10
Móveis e utensílios	8
Instalações	13
Veículos	6
Outros ativos	3

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” na demonstração do resultado. **3.9. Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Em cada data de reporte, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto propriedades para investimento, estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente. Para fins de avaliação do *impairment* de ativos imobilizados, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os Grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. O *impairment* do ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido. Para 2025, a Administração verificou os ativos sujeitos a avaliação de *impairment*, aplicou os procedimentos qualitativos e quantitativos previstos em norma e reconheceu as perdas ao valor recuperável quando necessário. Mais detalhes na nota explicativa 15 - Redução ao valor recuperável de ativos não circulantes. **3.10. Provisões:** Os custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões decorrentes do encerramento de operações compreendem muitas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. **3.11. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido:** **a) Imposto de renda e contribuição social correntes:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente, relacionados às empresas localizadas no Brasil, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. Em relação às empresas localizadas em outros países, tais impostos são calculados de acordo com a legislação vigente em cada localidade. **b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. Além disso, o imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, base negativa e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **3.12. Benefícios a empregados:** As obrigações de benefícios a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme

... continuação

TIGRE S.A. PARTICIPAÇÕES | Sociedade de Capital Aberto - Joinville-SC | CNPJ nº 84.684.455/0001-63

ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. O Grupo oferece a seus empregados o plano de previdência privada de contribuição definida, onde o funcionário é responsável por estabelecer um valor de aporte de acordo com o seu salário. Por sua vez, o Grupo faz um aporte de mesmo valor, desde que este respeite o limite de contribuição definido. A contrapartida por parte da Tigre não gera para o Grupo passivos de longo prazo de natureza atuarial. **3.13. Plano de opção de compra de ações:** A Companhia possui plano de opção de compra de ações para determinados executivos e membros da Administração. As opções são adquiridas pelos participantes através do recebimento de caixa. As opções são reconhecidas no patrimônio líquido, com contrapartida no resultado do exercício, durante o período de *vesting* (carência) das opções. A mensuração do plano de opções é com base em seu valor justo e é realizada apenas na data da outorga das opções. Maiores informações na nota explicativa 23 - Capital Social e reservas. **3.14. Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre as empresas do Grupo. O Grupo reconhece a receita apenas quando satisfaz a obrigação de desempenho, transferindo um bem ou serviço prometido a um cliente, ou seja, quando o cliente efetivamente obtém o seu controle. Considerando que o negócio da Companhia consiste, essencialmente, na venda de produtos padronizados, a obrigação de performance é concluída no momento de entrega destes produtos. **a) Componentes de financiamento:** O Grupo não prevê ter contratos nos quais o período entre a transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente e o pagamento por parte do último exceda um ano. Como consequência, o Grupo não ajusta os preços de transação em relação ao valor do dinheiro no tempo. **b) Receita de aluguel:** A receita de aluguel de propriedade para investimento é reconhecida no resultado pelo método linear definido de acordo com o prazo do arrendamento. **3.15. Propriedades para investimentos:** A propriedade para investimento é mensurada pelo custo de aquisição, reconhecendo a depreciação ao longo da vida útil dos ativos. Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado. Quando uma propriedade para investimento anteriormente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados. A receita de aluguel de propriedades para investimento é reconhecida como outras receitas pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos concedidos são reconhecidos como parte integrante da receita total de aluguel, durante o prazo do arrendamento. **3.16. Arrendamentos:** A Companhia arrenda edifícios e máquinas, cujos contratos de arrendamento são realizados por períodos fixos, porém eles podem incluir opções de prorrogação. A Companhia aloca a contraprestação no contrato aos componentes de arrendamentos e de outros não relacionados a arrendamentos com base nos preços isolados relativos, exceto para arrendamentos de imóveis nos quais o Grupo é o arrendatário, os quais são contabilizados como um componente de arrendamento único. Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contém uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contém cláusulas restritivas, entretanto os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos, conforme critérios demonstrados a seguir: • pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber; • pagamentos variáveis de arrendamentos variáveis que dependem de índice ou de taxa; • pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo essa a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes. Para determinar a taxa incremental de empréstimo, a Companhia utiliza como ponto de partida taxas de financiamentos recentes contratados com terceiros, ajustadas para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiro tenha sido recebido. É utilizada uma abordagem progressiva que parte de uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pelo Grupo, sem financiamento recente com terceiros e são realizados ajustes específicos à taxa, como no prazo, país, moeda e garantia. A Companhia está exposta a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso. A seguir é apresentado o quadro indicativo do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento/locação, conforme os períodos previstos para pagamento. Saldos não descontados e saldos descontados ao valor presente:

Fluxos de caixa	Nominal	Ajustado a valor presente
PIS/COFINS potencial (9,25%)	2.297	1.775

Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir: • o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento; • quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos; • quaisquer custos diretos iniciais; e • custos de restauração. Os ativos de direito de uso são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. De acordo com o IFRS 16/ CPC 06 - Arrendamentos, a Companhia não reconhece os arrendamentos de curto prazo (com duração inferior ao período de 12 meses) e para ativos de baixo valor (ou seja, menos de US\$ 5.000,00, quando novo). Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipamentos, veículos e todos os demais arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI e pequenos itens de mobiliário de escritório. O Grupo também não aplica os requisitos de IFRS 16/CPC 06 a arrendamentos de ativos intangíveis. Desta forma, tais acordos são contabilizados como despesas. **3.17. Aplicação da norma de contabilidade e evidencição de economia hiperinflacionária:** Em julho de 2018, considerando que a inflação acumulada nos últimos três anos na Argentina foi superior a 100%, a aplicação da norma de contabilidade e evidencição em economias altamente inflacionárias (CPC 42/IAS 29) passou a ser requerida. O CPC 42/IAS 29 - Contabilidade em Economia Hiperinflacionária ou "CPC 42/IAS 29" exige a divulgação dos resultados das operações da empresa Tigre Argentina S.A. como se fossem altamente inflacionárias a partir de 1º de janeiro de 2018 (início do período em que se identificou a existência de hiperinflação). De acordo com o CPC 42/IAS 29, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de subsidiárias que operam em economias altamente inflacionárias são corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços. As demonstrações contábeis de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia altamente inflacionária devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço e convertidas para Real na taxa de câmbio de fechamento do período. Como consequência do exposto acima, a Companhia aplicou a contabilidade de economia altamente inflacionária para a sua subsidiária na Argentina utilizando as regras da CPC 42/IAS 29 da seguinte forma: • A norma de contabilidade e evidencição de economia altamente inflacionária foi aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018; • Os ativos e passivos não monetários registrados pelo custo histórico (por exemplo, ativos imobilizados, ativos intangíveis, estoques etc.) e o patrimônio líquido da subsidiária na Argentina foram atualizados por um índice de inflação. Os impactos do poder de compra geral a partir de 1º de janeiro de 2018 foram reportados na demonstração de resultado em uma conta específica para ajuste de hiperinflação, no resultado financeiro. No CPC 42/IAS 29, não existe um índice geral de preços definido, mas é permitida a utilização de julgamento quando a atualização das demonstrações contábeis se torna necessária. Dessa forma, os índices utilizados foram baseados na resolução 539/18 emitida pela Federação Argentina de Conselho de Profissionais de Ciências Econômicas: i) de 1º de janeiro de 2017 em diante o IPC nacional (Índice nacional de preço ao consumidor); ii) até 31 de dezembro de 2016 o IPIM (índice interno de preços ao atacado); • A demonstração de resultado é ajustada no final de cada período de reporte utilizando a variação do índice geral de preços e, posteriormente, convertida à taxa de câmbio de fechamento de cada período (ao invés da taxa média). Os impactos nos ativos líquidos da aplicação da norma na controlada na Argentina em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 estão demonstrados a seguir:

Itens não monetários	Saldos em milhares de pesos argentinos (ARS)		Saldos em milhares de reais (R\$)		Efeito da correção - R\$	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Ativos	17.224.388	10.020.568	65.315	60.244	17.710	17.674
Passivo	257.510	543.263	976	3.266	2.190	(2.027)
Patrimônio líquido	24.017.315	22.015.138	91.074	132.355	(27.792)	(96.918)
Efeito no resultado					(7.892)	(81.271)

A demonstração de resultado da Tigre Argentina S.A. acumulada até 31 de dezembro de 2025 foi corrigida pelo índice de inflação e, posteriormente convertida à taxa de fechamento em dezembro de 0,003792 (0,006012 em 31 de dezembro de 2024) pelos argentinos por real, em decorrência da aplicação do CPC 42/IAS 29. **3.18. Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. O Grupo não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras. **a. IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtítulo de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração ("MPMs") são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtítulo do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. O Grupo está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMS. O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros". **3.19. Outras normas contábeis:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo: • Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

4. GESTÃO DE RISCOS

O Grupo adota uma abordagem integrada de gestão de riscos, com base em sua Política de Gestão de Riscos, que abrange aspectos financeiros, de negócios e corporativos, com o objetivo de preservar e proteger valor, assegurar a conformidade regulatória e sustentar o crescimento dos negócios e a execução da estratégia corporativa. A gestão de riscos é conduzida de forma coordenada, com a participação ativa da alta liderança e das diversas áreas da Companhia, sob a orientação do Comitê de Auditoria e Riscos e do Conselho de Administração, em alinhamento às melhores práticas de governança corporativa. Além dos fatores de risco financeiro e de capital detalhados nas seções 4.1 e 4.2 desta nota, o Grupo mantém uma estrutura robusta de gestão de riscos corporativos e de negócios, controles internos e continuidade de negócios, apresentada na seção 4.3, que contribui para a confiabilidade das informações financeiras, a resiliência operacional e a sustentabilidade de longo prazo da organização. Essa abordagem integrada permite à Administração identificar, avaliar, monitorar e responder tempestivamente aos riscos que possam impactar os objetivos estratégicos e a geração de valor para os acionistas e demais partes interessadas.

4.1. Fatores de risco financeiro: As operações do Grupo estão sujeitas a diversos riscos financeiros, tais como risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de variação nas taxas de juros), risco de crédito e risco de liquidez. Dentre os objetivos do programa de gestão de risco do Grupo, inclui-se o monitoramento da volatilidade dos mercados financeiros e a busca por mitigar possíveis impactos negativos sobre o desempenho econômico-financeiro. Para isso, o Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteger determinadas exposições a risco. A gestão dos riscos financeiros é conduzida pela Tesouraria Central do Grupo e pela área de Gestão de Riscos, conforme diretrizes estabelecidas e aprovadas pelo Conselho de Administração. Cabe a estas áreas identificar, avaliar e implementar medidas de proteção contra eventuais riscos, em colaboração com as demais unidades operacionais. O Conselho de Administração define, por escrito, os princípios para a gestão de riscos em âmbito geral, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, utilização de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos, além da aplicação do saldo excedente de caixa. **a) Risco de mercado: (i) Risco cambial:** A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco cambial em transações de compras, vendas e contratação de empréstimos realizados em moedas diferentes das respectivas moedas funcionais. A maioria dessas operações é realizada em Real (R\$), mas também envolvem o Dólar Americano (USD), Novo Sol (PEN), Peso Argentino (ARS), Boliviano (BOB), Guaraní (PYG) e o Peso Uruguiano (UYU). Os juros incidentes sobre os empréstimos são denominados na mesma moeda do contrato. Em geral, os empréstimos são contraídos na moeda que corresponde aos fluxos de caixa gerados pelas atividades operacionais da Companhia e suas controladas, o que proporciona uma proteção econômica natural, sem a necessidade de contratação de instrumentos financeiros derivativos. Em relação a outros ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, o Grupo atua para manter sua exposição líquida dentro de níveis considerados aceitáveis, conforme as diretrizes da Política de Gestão de Riscos Cambiais e os limites definidos pela Administração. A exposição cambial das entidades do Grupo considera apenas as moedas estrangeiras utilizadas na contratação de empréstimos e financiamentos em cada país. Para fins de consolidação, não se considera que as moedas locais de cada país representem moedas estrangeiras. Esse risco está atrelado à possibilidade de variações nas taxas de câmbio, que podem impactar a despesa (ou receita) financeira e os saldos de contratos indexados em moeda estrangeira. O Grupo avalia sua exposição cambial líquida por meio da diferença entre seus ativos e passivos em dólar americano, sendo essa exposição o fator efetivamente impactado por variações na taxa de câmbio. Além das contas a receber provenientes de exportações, que representam um *hedge* natural, o Grupo considera a contratação de operações de *hedge*, como NDFs e *swaps*, quando há desequilíbrio entre ativos e passivos em dólar. A exposição cambial líquida do Grupo é mantida dentro dos limites estabelecidos na Política de Gestão de Riscos Cambiais. **Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio:** O Grupo possui ativos e passivos financeiros expostos à variação cambial no balanço de 31 de dezembro de 2025 e, para fins de análise de sensibilidade, foi adotada como referência a taxa de câmbio vigente sobre a data base de elaboração destas demonstrações financeiras. O cenário provável foi estimado com base na variação do dólar calculado sobre a taxa de câmbio projetada para 12 meses, disponibilizada pelo Boletim Focus do Branco Central do Brasil.

	Taxa	Δ%
Câmbio em 31 de dezembro de 2025	5,5024	-
Cenário provável ¹	5,5000	-0,04%

¹ FONTE: Relatório Focus de 26 de dezembro de 2025

A tabela a seguir apresenta a simulação dos efeitos da variação cambial sobre o resultado futuro, para cenários de valorização (possível) e desvalorização (provável) do real frente à moeda estrangeira:

Operação	Saldos em US\$		Taxa		Provável (-0,04%)		Possível (-25%)		Remoto (-50%)	
	31/12/2025	31/12/2025	Taxa	Resultado R\$	Taxa	Resultado R\$	Taxa	Resultado R\$	Taxa	Resultado R\$
Contas a receber	23.317	5,5024	5,5000	56	4,1268	32.075	2,7512	64.150		
Outros ativos e passivos	38.849	5,5024	5,5000	93	4,1268	53.441	2,7512	106.881		
Contas a pagar	(24.353)	5,5024	5,5000	(58)	4,1268	(33.500)	2,7512	(67.000)		
Empréstimos e financiamentos	(78.663)	5,5024	5,5000	(189)	4,1268	(108.209)	2,7512	(216.418)		
Exposição líquida	(40.850)			(98)		(56.193)		(112.387)		

Operação	Saldos em US\$		Taxa		Provável (+0,04%)		Possível (+25%)		Remoto (+50%)	
	31/12/2025	31/12/2025	Taxa	Resultado R\$	Taxa	Resultado R\$	Taxa	Resultado R\$	Taxa	Resultado R\$
Contas a receber	23.317	5,5024	5,5048	(56)	6,8780	(32.075)	8,2536	(64.150)		
Outros ativos e passivos	38.849	5,5024	5,5048	(93)	6,8780	(53.441)	8,2536	(106.881)		
Contas a pagar	(24.353)	5,5024	5,5048	(58)	6,8780	(33.500)	8,2536	(67.000)		
Empréstimos e financiamentos	(78.663)	5,5024	5,5048	(189)	6,8780	(108.209)	8,2536	(216.418)		
Exposição líquida	(40.850)			98		56.193		112.387		

(ii) Risco com taxa de juros: O principal risco relacionado à taxa de juros enfrentado pelo Grupo decorre de empréstimos de longo prazo contratados com taxas variáveis, atreladas ao CDI, expondo o Grupo ao risco de fluxo de caixa associado às oscilações dessas taxas. Em 31 de dezembro de 2025, aproximadamente 29% dos empréstimos do Grupo estavam contratados com taxas de juros fixas, proveniente das operações realizadas nos Estados Unidos da América. O Grupo realiza uma análise dinâmica de sua exposição à taxa de juros. Diversos cenários são simulados, considerando possibilidades de refinanciamento, renovação de posições existentes, novas operações de financiamento e alternativas de *hedge*. Com base nessas simulações, o Grupo estabeleceu uma variação razoável na taxa de juros e calcula o impacto correspondente sobre o resultado. Para cada simulação, é aplicada a mesma variação da taxa de juros em todas as moedas. Para maiores detalhes, consultar a análise de sensibilidade apresentada a seguir. Eventualmente, o Grupo realiza operações de *swap* de taxa de juros fixa para taxa variável, com o objetivo de proteger-se contra o risco de taxa de juros ao valor justo associado a empréstimos contratados a taxas fixas. **Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:** Em 31 de dezembro de 2025, caso as taxas de juros sobre as aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos e debêntures sofressem uma variação de aproximadamente 1%, considerando todas as demais variáveis constantes, o lucro líquido do período apresentaria uma alteração de R\$ 5.388. Essa variação ocorreria principalmente em função de mudanças no rendimento das aplicações financeiras e no valor das despesas com juros dos empréstimos, financiamentos e debêntures contratados com taxa variável.

Ativos e passivos indexados	Fator de risco	Valor	Cenário + 100 bps	Cenário - 100 bps	Consolidado
Caixa e equivalentes de caixa					
Aplicações financeiras	Redução CDI	237.456	1.583	(1.583)	(1.583)
Instrumentos financeiros derivativos					
Swap de taxa de juros R\$	Aumento CDI	(2.278)	(15)	15	15
Empréstimos, financiamentos e debêntures					
Capital de giro R\$	Aumento CDI	(26.636)	(178)	178	178
Debêntures R\$	Aumento CDI	(1.016.708)	(6.778)	6.778	6.778
Total		(808.166)	(5.388)	5.388	5.388

As aplicações financeiras são preponderantemente baseadas em 100% do CDI (Brasil) para os períodos indicados. A taxa CDI utilizada para a análise foi de 14,90%. **b) Risco de crédito:** O risco de crédito está associado a saldos de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais provenientes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, instrumentos financeiros derivativos com posições favoráveis, depósitos em bancos e demais instituições financeiras, além das exposições de crédito junto a clientes dos segmentos atacadista e varejista, incluindo contas a receber em aberto. **(i) Contas a receber de clientes:** A maior parte dos clientes do Grupo Tigre não possui classificação de risco atribuída por agências de avaliação de crédito. Por esse motivo, a definição e o monitoramento dos limites de crédito são realizados com base em critérios como o setor de atuação do cliente, o histórico de relacionamento comercial, o desempenho financeiro anterior junto ao Grupo Tigre, suas demonstrações financeiras, dentre outros aspectos relevantes. Para os casos de perdas com créditos de liquidação duvidosa, quando não há expectativa de recuperação do valor estimado, os montantes registrados nessa rubrica são baixados definitivamente. Em 31 de dezembro de 2025, o total estimado de perdas com créditos de liquidação duvidosa era de R\$ 38.248 (R\$ 44.925 em 31 de dezembro de 2024). A tabela a seguir apresenta informações sobre a matriz de exposição ao risco de crédito e perdas estimadas, com base na média consolidada dos percentuais de perdas aplicáveis às contas a receber de clientes:

Consolidado	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	0,15%	0,21%
Vencidos até 90 dias	1,70%	1,62%
Vencidos de 91 até 180 dias	18,17%	15,94%
Vencidos há mais de 181 dias	81,57%	81,07%

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. As perdas por redução ao valor recuperável sobre os ativos financeiros reconhecidas no resultado foram as seguintes:

Consolidado	2025	2024
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	11.384	21.055
	11.384	21.055

(ii) Outros ativos financeiros: As operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto prazo são realizadas com instituições financeiras cujos limites de exposição são periodicamente revisados e aprovados pela alçada competente. O risco de crédito dessas instituições é avaliado por meio de uma metodologia que considera, dentre outros fatores, os ratings atribuídos por agências internacionais de classificação de risco. Na data-base de 31 de dezembro de 2025, todos os bancos com os quais o Grupo Tigre mantinha operações financeiras estavam classificados como AAA.br. Para os fundos de investimento, a metodologia de avaliação considera, entre outros critérios, a composição da carteira de ativos e o patrimônio líquido, cujo limite de exposição deve ser inferior a 10% do Patrimônio Líquido do fundo. Durante o ano de 2025, nenhum limite de crédito foi excedido, e a Administração não espera perdas por inadimplência das contrapartes superiores aos valores já provisionados. **c) Risco de liquidez:** O risco de liquidez refere-se à possibilidade de a Companhia e suas controladas enfrentarem dificuldades para cumprir com as obrigações relacionadas aos passivos financeiros, que exigem liquidação imediata ou por meio de outros ativos financeiros. A abordagem adotada pela Companhia e suas controladas na gestão da liquidez visa assegurar, na maior medida possível, a disponibilidade de recursos suficientes para honrar seus compromissos no vencimento, tanto em condições normais quanto em cenários de estresse, evitando perdas significativas ou impactos negativos à reputação do Grupo.

As exposições contratuais dos passivos financeiros são organizadas conforme seus respectivos prazos de vencimento:

Controladora	2026	2027	2028	2029+	Total
Fornecedores e outras contas a pagar	1.528	9.745	-	-	11.273
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	2.278	-	2.278
Empréstimos, financiamentos e debêntures	149.998	312.572	286.003	767.055	1.515.628
Dividendos e juros sobre capital próprio	26.867	-	-	-	26.867
Saldo final	178.393	322.317	288.281	767.055	1.556.046
Consolidado	2026	2027	2028	2029+	Total
Fornecedores e outras contas a pagar	588.253	393	-	-	588.646
Risco sacado	22.029	-	-	-	22.029
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	2.278	-	2.278
Empréstimos, financiamentos e debêntures	205.981	337.817	509.404	1.029.620	2.082.822
Dividendos e juros sobre capital próprio	27.352	-	-	-	27.352
Saldo final	843.615	338.210	511.682	1.029.620	2.723.127

4.2. Gestão de capital: A gestão de capital da Companhia e de suas controladas tem como objetivo assegurar a continuidade operacional por meio da manutenção de uma estrutura de capital eficiente, que maximize o retorno aos acionistas e preserve a capacidade de cumprimento das obrigações financeiras perante terceiros. Para monitoramento da alavancagem e da liquidez, é adotada como métrica a relação entre dívida líquida e EBITDA consolidado (lucros antes dos juros, impostos, depreciação e amortização). A dívida líquida é apurada considerando-se os saldos de empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos e instrumentos financeiros, deduzidos do montante de caixa e equivalentes de caixa. **a) Valor justo:** A Companhia e suas controladas adotam políticas contábeis que exigem a determinação do valor justo para ativos e passivos financeiros, tanto para fins de mensuração quanto para de divulgação. Os valores justos são apurados com base em metodologias específicas, incluindo a utilização da metodologia de fluxo de caixa descontado, que considera o valor presente dos fluxos de caixa projetados a partir de cotações futuras de mercado. Quando os valores contábeis estão próximos ao valor justo, a apuração não é realizada, em conformidade com o CPC 40/IFRS 7. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. **(i) Premissas e metodologias aplicadas:** • **Aplicações financeiras:** os valores contábeis são substancialmente equivalentes ao valor justo, pois suas taxas de remuneração estão atreladas à variação do CDI. • **Contas a receber, fornecedores e risco sacado:** mensurados pelo custo amortizado e registrados pelo seu valor original, deduzidos de perdas estimadas e ajustes a valor presente, quando aplicável. • **Empréstimos, financiamentos e debêntures:** registrados pelo custo dos contratos e atualizado pela taxa efetiva. Para determinação do valor de mercado dos instrumentos negociados em mercados ativos (nível 2), utiliza-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando taxas de juros observáveis no mercado nas datas dos balanços. • **Derivativos:** são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data de contratação e subsequentemente mensurados também pelo valor justo (nível 2 da hierarquia de valor justo). O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado com base no método de fluxo de caixa descontado. As variações no valor justo são reconhecidas no resultado ou em outros resultados abrangentes, conforme a natureza e a finalidade do instrumento, em linha com a documentação formal da relação de hedge e a sua qualificação para contabilização de hedge, quando aplicável. **(ii) Hierarquias de Valor Justo: Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. **Nível 2:** informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços). As técnicas de avaliação específicas utilizadas para avaliar os instrumentos financeiros classificados como Nível 2 incluem: **Valor justo dos swaps de taxa de juros:** calculado o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em curvas de rendimento observáveis. **Valor justo dos contratos de câmbio a termo:** determinado por taxas de câmbio observáveis na data do balanço, considerando o valor presente dos fluxos de caixa futuros, descontados pelas taxas de mercado vigentes para o prazo remanescente dos contratos. **Nível 3:** informações para ativos ou passivos não baseadas em dados observáveis pelo mercado (premissas não observáveis). Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui ativos e passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo, avaliados pelas técnicas descritas no nível 1 e 2. A Companhia não possui instrumentos no nível 3. Não houve transferência entre os níveis de hierarquia de valor justo durante os exercícios apresentados. **(iii) Instrumentos Financeiros por hierarquia e valor justo:** As tabelas a seguir apresentam os valores contábeis e justos dos instrumentos financeiros da controladora e do consolidado, classificados conforme a hierarquia de valor justo, para os períodos encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

Controladora	Hierarquia	31/12/2025		31/12/2024	
		Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Ativos financeiros					
Mensurados pelo custo amortizado					
Contas a receber de clientes	-	4.935	4.935	4.343	4.343
Mensurado a valor justo por meio de resultado					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	29	29	27	27
Aplicações financeiras	Nível 2	7.811	7.811	122.169	122.169
Passivos					
Mensurados pelo custo amortizado					

... continuação

TIGRE S.A. PARTICIPAÇÕES | Sociedade de Capital Aberto - Joinville-SC | CNPJ nº 84.684.455/0001-63

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS**a. Caixa e equivalentes de caixa:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	29	27	305.224	150.959
	29	27	305.224	150.959

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são compostos por numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com prazos de vencimento inferiores a 90 dias e de conversibilidade imediata.

b. Aplicações financeiras:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações financeiras	7.811	122.169	237.456	397.562
	7.811	122.169	237.456	397.562

As aplicações financeiras no Brasil são constituídas por instrumentos de renda fixa indexados ao CDI, operações compromissadas com lastro em terceiros e fundos de investimento em crédito privado, os quais adotam estratégias de alocação em instrumentos como títulos públicos federais brasileiros e títulos de crédito privado emitidos por grandes empresas e/ou bancos, com liquidez de até D+5. No exterior, as aplicações consistem em fundos de investimento com estratégias de alocação em títulos públicos dos Estados Unidos, além de aplicações em renda fixa e com taxa pré-fixada, com liquidez de até D+2. A rentabilidade média das aplicações em 31 de dezembro de 2025 foi de 100,54% do CDI (101,97% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Instrumento	Hierarquia	Ponta ativa	Ponta passiva	Nocional	Vencimento	Controladora		Consolidado	
						31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Designado para hedge accounting									
Swap taxa de juros	Nível 2	CDI +1,70%	115,78% CDI	349.000	11/2028	(2.278)	(6.088)	(2.278)	(6.088)
Não designado para hedge accounting									
NDF Venda a termo	Nível 2	-	-	22.010	08/2025	-	-	-	(6.984)
Total						(2.278)	(6.088)	(2.278)	(13.072)
Ativo Circulante						-	-	-	504
Passivo Circulante						(2.278)	(6.088)	(2.278)	(13.576)
Total						(2.278)	(6.088)	(2.278)	(13.072)

Com o objetivo de adequar a exposição aos riscos à estratégia financeira, a Companhia contratou o derivativo (swap de taxa de juros) que transforma a taxa de juros (CDI + spread fixo) em um posicionamento pós-fixado com relação a taxa de juros (percentual do CDI). Neste sentido a Companhia designou o derivativo contratado como instrumento de hedge contábil, tendo que o objeto de proteção está exposto a riscos de fluxo de caixa. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia mantém uma posição de perda no montante de R\$ 1.504 referente à parcela não realizada no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de Avaliação Patrimonial", composto por um montante líquido de R\$ 2.514 reconhecidos como ganho dos instrumentos de hedge ao longo do ano de 2025 (R\$ 4.018 reconhecidos como perda dos instrumentos de hedge até 31 de dezembro de 2024). Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu no resultado uma receita de R\$ 12.495 referente a totalidade dos instrumentos financeiros derivativos (R\$ 23.502 como despesa em 31 de dezembro de 2024).

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber de clientes - no país	832.977	844.056
Contas a receber de clientes - no exterior	29.487	33.479
Estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa	(38.248)	(44.925)
Total	824.216	832.610
Circulante	822.825	831.132
Não circulante	1.391	1.478

Abertura por região geográfica:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Brasil	566.522	545.620
Argentina, Bolívia, Paraguai, Peru e Uruguai	210.720	206.372
Estados Unidos	46.974	80.618
Total	824.216	832.610

A Companhia utiliza o expediente prático de mensuração de risco de crédito na forma de uma matriz de perdas, considerando as perdas estimadas para os próximos 12 meses, de acordo com o CPC 48/ IFRS 9. A matriz de estimativa de perdas leva em consideração os saldos históricos dos recebíveis comerciais ao longo de um determinado período, segregados com base nas características de risco de crédito, e divididos em categorias de inadimplência. Periodicamente a matriz é revisada para que incrementos na inadimplência, por faixa de clientes e de outros fatores de especificação, possam ser capturados por esse modelo e devidamente refletidos no saldo da PLCD. Abaixo apresentamos as perdas estimadas do contas a receber por faixa de vencimento:

	31/12/2025			31/12/2024		
	Contas a receber de clientes	(-) PLCD	Total	Contas a receber de clientes	(-) PLCD	Total
A vencer	669.952	(683)	669.269	688.900	(3.223)	685.677
Vencidos até 90 dias	98.794	(740)	98.054	87.521	(2.055)	85.466
Vencidos de 91 até 180 dias	41.333	(1.193)	40.140	42.726	(1.905)	40.821
Vencidos há mais de 181 dias	52.385	(35.632)	16.753	58.388	(37.742)	20.646
	862.464	(38.248)	824.216	877.535	(44.925)	832.610

A movimentação da estimativa de perdas para créditos de liquidação duvidosa está apresentada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo em 01 de janeiro de 2024	(29.108)	
Varição cambial	(3.691)	
Baixa efetiva de créditos	8.929	
Constituição de estimativa de perda, líquida das reversões	(21.055)	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(44.925)	
Varição cambial	2.698	
Baixa efetiva de créditos	15.363	
Constituição de estimativa de perda, líquida das reversões	(11.384)	
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(38.248)	

A despesa com a constituição da estimativa de perdas para créditos de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica "Despesas de vendas", na demonstração do resultado.

8. ESTOQUES

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Matérias-primas	204.880	242.518
Produtos em elaboração	83.783	93.238
Produtos acabados	389.246	593.791
Importações em andamento	20.536	37.086
Terceiros	648	1.317
Total	699.093	967.950

Em 31 de dezembro de 2025, o custo dos estoques reconhecido no resultado e incluído em "Custo das operações" totalizou R\$ 2.869.543 (R\$ 2.965.310 em 31 de dezembro de 2024). Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas não possuíam estoques dados em garantia.

Saldo em 01 de janeiro de 2024

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Utilização da estimativa de perda	-	1.689
Constituição da estimativa de perda	(23.669)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(47.340)	
Utilização da estimativa de perda	26.880	-
Constituição da estimativa de perda	(15.298)	-
Reversão da estimativa de perda	2.698	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(33.060)	

Em 31 de dezembro de 2025, a subsidiária Tigre USA Inc. reconheceu uma estimativa para perdas de R\$ 12.332, relacionado à descontinuidade de determinados produtos do seu portfólio.

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Créditos extemporâneos e PER/DCOMP	-	-	131.933	213.285
Tributos a recuperar no exterior	-	-	44.629	48.773
ICMS sobre ativo imobilizado	-	-	37.249	40.881
Créditos fiscais de PIS/COFINS	-	-	14.915	31.523
ICMS a recuperar	-	-	22.338	38.723
IPI a recuperar	-	-	3.380	8.564
Outros créditos fiscais	20	246	2.072	20.710
	20	246	256.516	402.459
Circulante	20	246	145.615	175.909
Não circulante	-	-	110.901	226.550
	20	246	256.516	402.459

10. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS

As propriedades para investimento da Companhia referem-se principalmente a edificações, e são mantidas para rendimentos de aluguel de longo prazo. Atualmente todas estão em uso pelas subsidiárias do Grupo. As propriedades foram reconhecidas pelo valor de custo e são depreciadas conforme vida útil dos bens.

a. Composição do saldo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Propriedades para investimentos	138.115	136.872	138.115	136.872
Valor de custo	(84.881)	(82.280)	(84.881)	(82.280)
Depreciação acumulada	53.234	54.592	53.234	54.592

b. Movimentação:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldos em 1º de janeiro de 2024	57.363			
Depreciação	(2.771)			
Saldos em 31 de dezembro de 2024	54.592			
Adição de propriedades para investimento	1.243			
Depreciação	(2.601)			
Saldos em 31 de dezembro de 2025	53.234			

c. Valores reconhecidos no resultado:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida de aluguel	9.652	9.439	9.652	9.439
Custos incorridos	(2.601)	(2.962)	(2.601)	(2.962)
Efeito líquido no resultado	7.051	6.477	7.051	6.477

d. Mensuração das propriedades para investimento: Conforme laudos de avaliação dos ativos, as vidas úteis estimadas para as propriedades para investimento são entre 25 e 50 anos. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro, sendo os eventuais ajustes reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. O Grupo adota o custo histórico como critério de contabilização para suas propriedades para investimento, reconhecendo a depreciação ao longo da vida útil dos ativos. O valor justo das propriedades para investimento mantidas pelo Grupo é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação atualmente praticadas no mercado e realizado por empresas especializadas e independentes. Para determinação do valor justo das propriedades, foram utilizados o método comparativo com os dados de mercado e o método involutivo. O total do valor justo das propriedades para investimento em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 328.509, sendo essa informação divulgada apenas para fins de nota explicativa, sem impacto no reconhecimento contábil, que segue o critério do custo histórico.

e. Contratos de arrendamento: As propriedades para investimento são locadas para outras empresas do Grupo por meio de contratos de arrendamentos. As liquidações ocorrem mensalmente entre as empresas. Embora esteja exposto a mudanças no valor residual no final dos arrendamentos correntes, o Grupo normalmente obtém novos arrendamentos e, por este motivo, não irá realizar imediatamente nenhuma redução no valor residual ao final destes arrendamentos. As expectativas sobre os valores residuais futuros são refletidas no valor justo das propriedades.

11. INVESTIMENTOS

As demonstrações financeiras incluem as informações da controladora e das seguintes empresas as quais ela mantém participações diretas e indiretas. O Grupo consolida somente as empresas controladas.

(a) Participação societária nos investimentos:

Entidade	Investimento	País	Participação acionária do Consolidado (%)	
			31/12/2025	31/12/2024
No exterior				
Tigre Argentina S.A.	Controlada	Argentina	100,00	100,00
Tigre Chaco S.A.	Controlada	Argentina	100,00	100,00
Tigre-ADS Argentina S.R.L	Joint Venture	Argentina	50,00	50,00
Tigre S.A. Tubos, Conexiones y Cables	Controlada	Bolívia	93,38	93,38
Tigre Chile S.A.	Controlada	Chile	100,00	100,00
Tuberias Tigre - ADS Limitada	Joint Venture	Chile	50,00	50,00
Tubos y Plásticos Tigre-ADS de Chile Limitada	Joint Venture	Chile	50,00	50,00
Tigre Colômbia S.A.S	Controlada	Colômbia	100,00	100,00
Tigre-ADS Colombia Limitada	Joint Venture	Colômbia	50,00	50,00
Tigre Ecuador S.A.	Controlada	Ecuador	100,00	100,00
Tigre USA Inc.	Controlada	EUA	100,00	100,00
Tigre Paraguai S.A.	Controlada	Paraguai	51,00	51,00
Tigre Peru S.A. - Tubos y Conexiones S.A.	Controlada	Peru	100,00	100,00
Tigre ADS Peru S.A.C.	Joint Venture	Peru	50,00	50,00
Tubconex Uruguay S.A.	Controlada	Uruguai	100,00	100,00
No Brasil				
AZ Administradora de Bens S.A.	Controlada	Brasil	100,00	100,00
Azzo Hidráulicos do Brasil Ltda.	Controlada	Brasil	100,00	100,00
Tigre Partic. em Ferram. p/ Construção Civil Ltda.	Controlada	Brasil	100,00	100,00
Tigre Ferramentas para Construção Civil S.A.	Controlada	Brasil	100,00	100,00
Novak Participações S.A.	Controlada	Brasil	100,00	100,00
Tigre Administradora de Bens Imóveis Ltda.	Controlada	Brasil	100,00	100,00
Tigre Ind. e Com. de Compostos Plásticos Ltda.¹	Controlada	Brasil	-	100,00
Tigre Mat. e Soluções para Construções Ltda.	Controlada	Brasil	100,00	100,00
Tigre Partic. e Soluções Ambientais S.A.	Controlada	Brasil	77,50	77,50
Tigre Soluções Ambientais, Indústria, Comércio e Manutenção de Equip. Ltda.	Controlada	Brasil	77,50	77,50
Tubos Tigre - ADS do Brasil Ltda.	Joint Venture	Brasil	50,00	50,00
Juntos Somos Mais Fidelização S.A.	Controlada	Brasil	27,46	27,46

¹ A Tigre Ind. e Com. De Compostos Plásticos Ltda foi incorporada pela Tigre Ferramentas para Construção Civil em 01 de abril de 2025.

Composição dos investimentos: O saldo de investimentos no consolidado é representado pela participação da Companhia na Tuberias Tigre - ADS Ltda e suas subsidiárias, sobre a qual a Companhia possui 50% de participação e controle compartilhado com o Grupo ADS Inc. Adicionalmente, há um investimento com participação de 27,46% na Juntos Somos Mais Fidelização S.A. **Movimentação dos investimentos em coligadas e joint ventures:** Os principais saldos e informações da Tuberias Tigre - ADS Ltda e da Juntos Somos Mais (sendo a equivalência patrimonial e o valor do investimento proporcional a participação do Grupo Tigre), são conforme abaixo:

Consolidado	Tuberias Tigre - ADS Limitada		Juntos Somos Mais Fidelização S.A.	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo total	472.997	434.215	61.432	60.040
Patrimônio líquido	303.868	256.704	(3.867)	(6.652)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	48.474	51.245	(6.751)	(38.682)
Equivalência patrimonial	24.323	25.619	(1.854)	(11.706)
Valor do investimento	151.885	128.352	(1.062)	(1.827)

(b) Principais saldos dos investimentos:

Controladora	Total do ativo	Patrimônio líquido	Ágio (Goodwill)	Lucro (prejuízo) exercício	Participação direta no capital social (%)	Equivalência patrimonial	Reclassificação¹	Valor do investimento
AZ Adm. de Bens S.A.	10.927	10.924	1.154	(744)	10,00%	(208)	-	2.247
Tigre Ferramentas para Construção Civil S.A.	706.453	557.839	-	100.413	11,71%	12.893	-	65.342
Juntos Somos Mais Fidelização S.A.	61.432	(3.867)	-	(6.751)	27,46%	(1.854)	1.062	-
Novak Participações S.A.	11.935	11.932	-	(815)	10,00%	(82)	-	1.193
Tigre Adm. Bens Imóveis Ltda.	18.986	18.776	-	1.038	7,82%	81	-	1.468
Tigre Argentina S.A.	240.610	91.074	-	(7.065)	99,70%	(7.043)	-	90.800
Tigre Chaco S.A.	-	-	-	-	1,00%	-	-	

... continuação

TIGRE S.A. PARTICIPAÇÕES | Sociedade de Capital Aberto - Joinville-SC | CNPJ nº 84.684.455/0001-63

	Saldo em 1º janeiro de 2024	Dividendos recebidos e JCP a receber	Dividendos e JCP a receber	Aumento/redução de capital social	Incorporação	Variação cambial e monetária	Equivalência patrimonial	Outros movimentos	Reclassificação¹	Saldo em 31 de dezembro de 2024
Controladora										
AZ Adm. de Bens S.A.	2.671	(91)	-	-	-	-	(83)	-	-	2.497
Tigre Ferramentas para Construção Civil S.A.	13	-	-	-	44.191	-	9.220	-	-	53.424
Juntos Somos Mais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fidelização S.A.	462	-	-	8.274	-	20	(11.706)	1.125	(1.825)	1.054
Novak Participações S.A.	1.376	(102)	-	-	-	-	53	-	-	1.327
Tigre Adm. Bens Imóveis Ltda.	1.352	-	-	-	-	-	35	-	-	1.387
Tigre Argentina S.A.	127.411	(60.263)	-	-	-	95.163	(45.518)	(6.255)	-	110.538
Tigre Chaco S.A.	(2)	-	-	-	-	2	(1)	-	1	-
Tigre Colômbia S.A.S.	36.730	-	-	-	-	6.054	(63.044)	-	20.260	-
Tigre Ecuador S.A.	27.420	-	-	-	-	7.779	(658)	7	-	34.548
Tigre Ind. e Com. de Compostos Plásticos Ltda	35	-	(15)	-	-	-	21	-	-	41
Tigre Materiais e Soluções p/ Construção Ltda.	1.414.126	(20.878)	(24.998)	-	(72.301)	-	258.679	-	-	1.554.628
Tigre Paraguay S.A.	49.838	(6.085)	(5.226)	-	-	6.110	15.564	(666)	-	59.535
Tigre Part. em Sol. Amb. S.A.	(1.779)	-	-	-	-	-	1.564	(172)	387	-
Tigre Partic. em Ferram. p/ Construção Civil Ltda.	127.298	-	-	-	28.110	-	33.314	-	-	188.722
Tigre Peru Tubos y Conexiones S.A.	220.780	-	-	-	-	54.441	(15.455)	-	-	259.766
Tigre S.A. Tubos, Conexiones Y Cables	119.716	-	(46.834)	-	-	22.436	23.882	4.217	-	123.417
Tigre USA Inc.	162.881	-	-	-	-	48.366	(85.174)	-	-	126.073
Tigre Chile S.A.	239.963	-	-	-	-	13.926	(219.353)	-	-	34.536
Tubconex Uruguay S.A.	18.760	-	(1.825)	-	-	3.438	3.422	2.038	-	25.833
Total	2.549.051	(87.419)	(78.898)	8.274	-	257.735	(95.238)	294	20.648	2.574.447

¹ Transferência de saldos em 31 de dezembro de 2025 no valor de R\$ 20.260 para a Tigre Colômbia S.A.S., R\$ 387 para a Tigre Part. em Sol. Amb. S.A. e, R\$ 1 para Tigre Chaco S.A. • Em 11 de janeiro de 2024 foi concluída a reorganização societária entre duas subsidiárias da Companhia, iniciando pela cisão parcial da Tigre Materiais e Soluções para Construção Ltda, com a incorporação do respectivo acervo cindido pela Tigre Ferramentas para Construção Civil S.A. no valor de R\$ 72.301, com o objetivo de aumentar o foco no planejamento estratégico e sustentabilidade do negócio. • Em 23 de janeiro de 2024, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária a distribuição de dividendos da Tigre Argentina S.A. da totalidade do saldo de reserva de lucros até 31 de dezembro de 2023. O montante de R\$ 60.263 foi pago em 05 de fevereiro de 2024 para a Companhia. • Em 22 de fevereiro de 2024 houve a aquisição de 7,5% de participação adicional da controlada Tigre Partic. e Soluções Ambientais S.A. no valor de R\$ 2.200. Como resultado da operação, a Companhia reconheceu uma perda em outros resultados abrangentes no valor de R\$ 2.372. Como a Tigre Partic. e Soluções Ambientais S.A. detêm 99,99% de participação na Tigre Sol. Amb. Efuentes Ltda., também houve aumento de participação nesse investimento. • Em 13 de março de 2024 houve a aquisição de 0,26% de participação do investimento com a Juntos Somos Mais Fidelização S.A. no valor de R\$ 789. Como resultado da operação, a Companhia reconheceu uma perda no resultado no valor de R\$ 850. Em 15 de maio houve a aquisição adicional de 0,09% de participação do investimento com a Juntos Somos Mais Fidelização S.A., valor de R\$ 263. Como resultado da operação, a Companhia reconheceu uma perda no resultado no valor de R\$ 213. No dia 29 de agosto de 2024, adquiriu 3.110 ações ordinárias da Juntos Somos Mais Fidelização S.A. no valor de R\$ 2,66 por ação. • No dia 29 de maio de 2024, a Tigre Participações S.A, adquiriu a totalidade das ações da Tigre Equador, representando 0,01% de participação adicional, no valor total de USD 1 (R\$ 6). • Em 29 de agosto de 2024 a Companhia realizou aumento de capital na investida Juntos Somos Mais, no valor de R\$ 8.274. Nesse momento, houve a entrada de um novo acionista e uma pequena diluição de -0,03% da participação da Companhia, que passou a deter 27,46% desse investimento.

12. ARRENDAMENTOS

A Companhia, através de suas controladas, possui contratos de arrendamentos para locação de alguns seus centros de distribuição, plantas fabris e escritório administrativo. O Grupo firmou em seus contratos de arrendamento termos com opção de prorrogar ou extinguir seus compromissos com o objetivo de maximizar sua flexibilidade operacional, em termos de gestão de contratos. A composição dos ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, relacionados aos contratos de arrendamentos são conforme segue:

a. Ativos de direito de uso:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Ativos de direito de uso		
Edificações	60.885	49.999
Total	60.885	49.999

Saldos em 1º de janeiro de 2024

Adição e renovações de contratos	41.966
Despesa de depreciação	(25.282)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	49.999
Adição e renovações de contratos	45.556
Baixas	(2.297)
Despesa de depreciação	(30.175)
Variação cambial	(2.198)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	60.885

b. Passivos de arrendamento:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Passivos de arrendamento		
Circulante	28.630	20.875
Não circulante	33.412	27.413
Total	62.042	48.288

Saldos em 1º de janeiro de 2024

Adição e renovações de contratos	33.828
Juros provisionados	41.966
Pagamento de juros	3.439
Pagamentos de arrendamentos (principal)	(5.240)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	49.999
Adição e renovações de contratos	47.303
Baixas	(2.564)
Juros provisionados	4.290
Pagamento de juros	(4.440)
Pagamentos de arrendamentos (principal)	(28.931)
Variação cambial	(1.904)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	62.042

c. Vencimento dos contratos: A tabela a seguir apresenta o cronograma de vencimento das obrigações relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil da Companhia. Os valores apresentados correspondem aos fluxos contratuais de pagamentos futuros de arrendamentos e não estão apresentados a valor presente, ou seja, não consideram o efeito do desconto financeiro utilizado na mensuração do passivo de arrendamento, conforme requerido pelo IFRS16/CPC 06. As informações adicionais relativas às taxas de desconto utilizadas na mensuração dos passivos de arrendamento estão divulgadas na Nota 12 (d) - Arrendamentos.

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Vencimento das prestações		
Até 1 ano	42.352	29.806
Acima de 1 ano	54.093	42.550
Total	96.445	72.356

d. Taxas de desconto: O Grupo estimou as taxas de descontos, com base na taxa de juros livres de riscos observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade e características de cada contrato de arrendamento. A tabela abaixo evidencia as taxas médias praticadas levando em consideração os prazos dos arrendamentos:

Prazos	Taxa
3 anos	7,07%
4 anos	7,00%
5 anos	6,63%
Acima de 5 anos	7,02%

13. INTANGÍVEL

a. Composição:

	Consolidado					
	31/12/2025			31/12/2024		
	Custo	Amortização Acumulada	Total	Custo	Amortização Acumulada	Total
Ágio	40.294	-	40.294	45.347	-	45.347
Marcas e patentes	29.791	(7.148)	22.643	32.452	(7.148)	25.304
Relacionamento com clientes	96.551	(30.558)	65.993	102.139	(27.425)	74.714
Software	198.136	(149.700)	48.436	168.036	(133.632)	34.404
Direito comercial	5.099	(760)	4.339	5.119	(570)	4.549
Total do ativo intangível	369.871	(188.166)	181.705	353.093	(168.775)	184.318

b. Movimentação:

	Consolidado					
	Ágio	Marcas e patentes	Rel. com clientes	Software	Direito comercial	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024	110.907	22.427	69.823	26.555	4.169	233.881
Amortização	-	-	(24.308)	(13.388)	(191)	(37.887)
Efeitos das variações de taxas de câmbio	20.234	2.877	20.847	3.460	571	47.989
Transferências	(85.347)	25.304	74.714	34.404	4.549	184.318
Saldos em 31 de dezembro de 2024	45.347	25.304	74.714	34.404	4.549	184.318
Amortização	-	-	(3.133)	(16.068)	(190)	(19.391)
Efeitos das variações de taxas de câmbio	(5.053)	(2.661)	(5.588)	(1.640)	(20)	(14.962)
Transferências¹	-	-	-	31.753	-	31.753
Baixa de ativo intangível	-	-	-	(13)	-	(13)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	40.294	22.643	65.993	48.436	4.339	181.705

¹ Transferência de saldos em 31 de dezembro de 2025 no valor de R\$ 31.753 (R\$ 26.129 em 31 de dezembro de 2024) da conta de imobilizado em andamento para intangível, referente ao projeto de implementação SAP.

14. IMOBILIZADO

a. Composição:

	Consolidado					
	31/12/2025			31/12/2024		
	Custo	Depreciação Acumulada	Total	Custo	Depreciação Acumulada	Total
Terenos, edificações e benfeitorias	641.147	(205.841)	435.306	666.734	(190.719)	476.015
Máquinas e equipamentos	1.890.490	(1.315.463)	575.027	1.851.089	(1.209.995)	641.094
Móveis e utensílios	47.004	(37.624)	9.380	47.469	(36.291)	11.178
Instalações	205.951	(143.746)	62.205	192.065	(137.657)	54.408
Veículos	10.324	(10.078)	246	10.512	(9.987)	525
Outros ativos	136.916	(116.631)	20.285	131.740	(110.548)	21.192
Imobilizado em andamento	85.563	-	85.563	128.285	-	128.285
Total do ativo imobilizado	3.017.395	(1.829.383)	1.188.012	3.027.894	(1.695.197)	1.332.697

b. Movimentação:

	Consolidado									
	Terenos, edif. e benfeitorias	Máq. e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Veículos	Outros ativos	Imob. em andamento	Total		
Saldos em 1º de janeiro de 2024	438.362	539.125	10.025	42.991	834	16.366	158.774	1.206.477		
Adições	-	322	22	-	-	30	142.369	142.743		
Transferência imobilizado em andamento¹	4.815	134.532	539	11.494	-	9.367	(186.876)	(26.129)		
Baixas	(96)	(4.441)	(18)	(56)	-	-	-	(4.611)		
Depreciação	(16.182)	(96.578)	(1.500)	(5.834)	(380)	(7.041)	-	(127.515)		
Correção monetária	14.564	2.869	1.844	1.248	-	695	(3.222)	17.998		
Efeito das variações na taxa de câmbio	83.501	74.160	913	6.507	131	2.462	17.240	184.914		
Provisões de perdas de imobilizados	-	(8.895)	(29)	(1.574)	(2)	(623)	-	(11.123)		
Transferência ativos mantidos para venda (nota 9)	(48.949)	-	(618)	(368)	(58)	(64)	-	(50.057)		
Saldos em 31 de dezembro de 2024	476.015	641.094	11.178	54.408	525	21.192	128.285	1.332.697		
Adições	611	27	14	-	-	1	139.101	139.754		
Transferência imobilizado em andamento¹	7.491	113.773	1.436	17.289	507	6.557	(178.806)	(31.753)		
Baixas	(81)	(39.740)	(14)	(24)	(131)	(158)	-	(40.148)		
Depreciação	(15.122)	(105.468)	(1.333)	(6.089)	(90)	(6.084)	-	(134.186)		
Correção monetária	4.358	6.119	828	(6)	(507)	88	1.989	12.869		
Efeito das variações na taxa de câmbio	(37.966)	(40.778)	(2.729)	(3.373)	(58)	(1.311)	(5.006)	(91.221)		
Saldos em 31 de dezembro de 2025	435.306	575.027	9.380	62.205	246	20.285	85.563	1.188.012		

¹ Transferência de saldos em 31 de dezembro de 2025 no valor de R\$ 31.753 (R\$ 26.129 em 31 de dezembro de 2024) da conta de imobilizado em andamento para intangível. ² Em máquinas e equipamentos, ocorreu a venda de ativos da subsidiária Tigre Colômbia S.A.S., pelo montante de R\$ 29.529, cujo valor contábil líquido no ativo imobilizado era de R\$ 24.280, resultando no reconhecimento de ganho de R\$ 5.249 no resultado do exercício. Mais informações na nota 1.2 (d).

c. Imobilizado em andamento: Do total do saldo de imobilizado em andamento, estima-se que 65% dos projetos serão concluídos em 2026. Os restantes serão concluídos no ano de 2027 (25%) e em 2028 (10%). Os principais projetos relacionados ao imobilizado em andamento são: • Projetos de expansão da capacidade produtiva nas unidades do Brasil, Argentina, USA e Bolívia. • Projetos para melhoria de competitividade e produtividade; • Projetos de tecnologia visando a melhoria da gestão e governança do negócio; • Projetos para investimentos em manutenção do negócio.

15. REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS NÃO CIRCULANTES

Os ativos que têm vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente ou sempre que houver indicativo de deterioração ou perda do valor contábil para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). A Companhia e suas controladas avaliam, pelo menos anualmente, a recuperabilidade do valor contábil de suas Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), bem como sempre que existem indicativos de perda por redução ao valor recuperável (impairment). O processo de estimativa dos valores recuperáveis envolve o uso de premissas, julgamentos e projeções de fluxos de caixa futuros, refletindo as melhores estimativas da Administração quanto ao desempenho esperado de cada UGC. Os cálculos do valor em uso têm como premissas as projeções de fluxo de caixa, antes do cálculo do imposto de renda e da contribuição social, e como base os orçamentos financeiros aprovados pela Administração para o período projetado para os próximos cinco anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa, para o período excedente aos cinco anos, foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas. A taxa de crescimento não ultrapassa a média de longo prazo para o setor. Em 31 de dezembro de 2025 não foram identificadas evidências de ativos não financeiros com custos registrados em montantes superiores aos seus valores recuperáveis. a. Avaliação do valor recuperável do ágio: Avaliamos a recuperabilidade pelo método de valor em uso, exceto quando especificamente indicado, projetando fluxos de caixa antes do imposto de renda e contribuição social baseados em premissas orçamentárias aprovadas pela Administração, considerando taxa de desconto derivada do (Weighted Average Cost of Capital - "WACC"), projeção de 6 anos e perpetuidade. As principais premissas utilizadas foram: i) Projeções de receitas baseadas na evolução esperada de volume e preços, considerando o plano de crescimento da operação e as perspectivas do mercado; ii) Ganhos graduais de eficiência operacional e evolução das margens ao longo do horizonte de projeção, refletindo o amadurecimento da operação e iniciativas comerciais e operacionais em curso; iii) Custos, lucro bruto e despesas operacionais projetados em linha com o crescimento esperado da receita e com ganhos de eficiência operacional; iv) Investimentos em capital (CAPEX) projetados de acordo com as necessidades de manutenção e expansão da capacidade produtiva da operação; v) Desconto dos fluxos de caixa futuros a valor presente pelo Custo Médio Ponderado de Capital WACC nominal em moeda local de 10,5% a.a.; vi) Taxa de crescimento na perpetuidade de 2,4% ao ano, alinhada às perspectivas de crescimento de longo prazo do mercado e que a unidade geradora de caixa está inserida.

Ágio	Saldo em 01/01/202
------	--------------------

... continuação

TIGRE S.A. PARTICIPAÇÕES | Sociedade de Capital Aberto - Joinville-SC | CNPJ nº 84.684.455/0001-63

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos sujeitos ao atingimento de índices econômicos e financeiros que devem ser apurados anualmente com base nas demonstrações financeiras anuais de cada exercício. Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo cumpriu o índice financeiro de dívida líquida consolidada/EBITDA UDM em um patamar igual ou inferior a 3,00.

d. Reperfilamento da dívida - Tigre USA: Em reunião realizada em 8 de dezembro de 2025, o Conselho de Administração aprovou o reperfilamento do endividamento da subsidiária integral nos Estados Unidos, referente a um passivo total de US\$ 143.350 (R\$ 788.769). A operação de quitação integral da referida dívida foi estruturada da seguinte forma: i) Aporte de Capital: Amortização de US\$ 64.800 (R\$ 356.556) mediante aporte de capital efetuado pela Companhia em sua subsidiária; ii) Refinanciamento do Saldo Remanescente: Liquidação do saldo de US\$ 78.550 (R\$ 432.213) através da contratação de dois novos empréstimos junto ao Banco Itaú, sendo: (i) US\$ 36.000 (R\$ 198.086) com vencimento em 3 anos e taxa fixa de 5,49% a.a.; e (ii) US\$ 42.550 (R\$ 234.127) com vencimento em 5 anos e taxa fixa de 5,99% a.a. As novas condições contratuais, que substituíram as taxas anteriores (SOFR + 2,75% e taxas fixas pré-existent), foram avaliadas pela Administração sob a ótica do CPC 48/IFRS 9. Em função da alteração substancial nos fluxos de caixa descontados e nos termos contratuais, a operação foi tratada contabilmente como extinção do passivo financeiro original e reconhecimento de novas dívidas. A diferença entre o valor contábil do passivo extinto e o valor justo dos novos instrumentos financeiros foi reconhecida no resultado financeiro do período, não tendo gerado impacto relevante nas demonstrações financeiras.

e. Contratação e renovação de empréstimos:

Empresa	Contratação	Moeda	Encargos	Prazo	Montante em moeda local	Montante em reais (R\$)
Tigre Soluções Ambientais, Ind. Com. e Manutenção de Equipamentos Ltda.	12/12/2025	BRL	CDI + 1,10% a.a	14/12/2026	-	13.500
Tigre USA Inc.	22/12/2025	USD	5,49% a.a	22/12/2028	36.000	198.086
Tigre USA Inc.	22/12/2025	USD	5,99% a.a.	22/12/2030	42.550	234.127
Tigre Soluções Ambientais, Ind. Com. e Manutenção de Equipamentos Ltda.	23/12/2025	BRL	CDI + 1,10% a.a	24/12/2026	-	13.000

20. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

As provisões para contingências estão demonstradas a seguir:

a. Composição das provisões para contingências:

	31/12/2025	31/12/2024
Cíveis e trabalhistas	31.573	33.761
Tributárias	44.271	81.452
	75.844	115.213
Circulante	17.044	180
Não circulante	58.800	115.033
	75.844	115.213

A Controladora não possui provisões em razão de ausência de discussões judiciais sob sua responsabilidade. No consolidado, as provisões estão subdivididas dentre as seguintes naturezas: **Provisões para contingências cíveis:** As provisões para riscos cíveis são representadas principalmente por discussões envolvendo responsabilidade solidária de revendas, sendo que o Grupo considera que as provisões efetivadas são suficientes para fazer face a prováveis perdas. **Provisões para contingências trabalhistas:** As provisões para riscos trabalhistas são representadas principalmente por reclamações trabalhistas, envolvendo discussões sobre reflexos de horas extras, responsabilidade subsidiárias, dentre outras. Baseado em informações históricas e na opinião de seus assessores jurídicos, o Grupo constitui as provisões as quais são consideradas suficientes para fazer face a prováveis perdas. **Provisões para contingências tributárias:** As provisões para riscos tributárias referem-se a situações nas quais o Grupo avalia ter risco de desembolso em razão de causas tributárias relacionadas à discussão de classificação fiscal de produtos, montantes referentes à dedutibilidade de despesas utilizadas nos cálculos de imposto de renda e contribuição social e autuações fiscais de ICMS, executadas pelos fiscos estaduais que não reconhecem os benefícios concedidos por outros estados. As provisões consideram o julgamento dos assessores legais e da Administração, para os casos cuja expectativa de perda foi avaliada como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas.

b. Movimentação das provisões:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo em 01 de janeiro de 2024	32.322	117.634
Adições de provisões	16.118	36.514
Reversões de provisões	(11.883)	(69.962)
Contingências liquidadas no período	(7.459)	(3.735)
Correção monetária	5.254	1.001
Variações cambiais	(591)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	33.761	81.452
Adições de provisões	14.351	25.840
Reversões de provisões	(7.971)	(63.354)
Contingências liquidadas no período	(8.647)	(67)
Correção monetária	805	400
Variações cambiais	(726)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	31.573	44.271

c. Processos judiciais não provisionados:

	31/12/2025	31/12/2024
Processos Civil e Trabalhista	49.580	49.551
Processos Tributários	393.105	310.409
Saldo no final do período	442.685	359.960

Os principais processos classificados como risco de perda possível, para os quais não há provisão constituída, referem-se a ações nas quais o Grupo discute: (i) a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), em razão de divergências na classificação fiscal de determinados produtos, no montante de R\$ 195.892; (ii) autos de infração de ICMS relativos a períodos anteriores à Lei Complementar nº 160/2017, no montante de R\$ 9.410; (iii) reclamações trabalhistas, envolvendo pedidos relacionados a horas extras, doença ocupacional e responsabilidade subsidiária, no montante de R\$ 13.641; e (iv) discussões decorrentes de contrato de prestação de serviços, no montante de R\$ 8.673. Todos os processos encontram-se com a exigibilidade suspensa, sendo que a maior parte tramita na esfera administrativa, perante as Delegacias Regionais de Julgamento. Com base na melhor estimativa de seus assessores jurídicos externos, tais demandas foram classificadas como de perda possível e, portanto, não atendem aos critérios para reconhecimento de provisão, sendo apenas divulgadas em nota explicativa, em conformidade com o CPC 25 / IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Posição tributária incerta: Em 31 de dezembro de 2025 o Grupo possui processos passivos de IR/CSLL com montante em risco de R\$ 76.650 (R\$ 73.437 em 31 de dezembro de 2024) e, conforme opinião dos advogados externos, as posições fiscais adotadas pela Companhia e que estão em discussão provavelmente serão aceitas em decisões de tribunais superiores de última instância.

d. Movimentação dos depósitos judiciais:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo em 01 de janeiro de 2024	4.509	45.318
Depósitos judiciais resgatados	(1.773)	-
Depósitos judiciais baixados como perdas	(2.006)	(30.998)
Depósitos judiciais constituídos no período	534	92
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.264	14.412
Depósitos judiciais resgatados	(303)	-
Depósitos judiciais baixados como perdas	(55)	-
Depósitos judiciais constituídos no período	509	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.415	14.412

21. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Provisões de contas a pagar ¹	332	746	100.047	106.716
Adiantamento de clientes	-	-	26.311	12.197
Investimento com passivo a descoberto	24.624	20.649	1.062	-
Receitas a apropriar	836	1.840	836	1.840
Contas a pagar com partes relacionadas	9.745	2.162	-	2.652
Outras contas a pagar	1	2	4.992	9.187
	35.538	25.399	133.248	132.592
Circulante	1.170	3.913	131.794	131.483
Não circulante	34.368	21.486	1.454	1.109
	35.538	25.399	133.248	132.592

¹ O total de provisões de contas a pagar no consolidado em 31 de dezembro de 2025 refere-se, principalmente, a provisões de notas fiscais para reconhecimento da despesa na competência no montante de R\$ 44.401 (R\$39.854 em 31 de dezembro de 2024), provisão de abatimentos a pagar no montante de R\$ 42.452 (R\$ 32.725 em 31 de dezembro de 2024), e provisão de comissões a pagar no montante de R\$ 13.193 (R\$ 11.448 em 31 de dezembro de 2024).

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a. IR e CSLL a recuperar:

	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda a recuperar	168.911	122.575	207.595	157.448
Contribuição social a recuperar	10.924	16.373	13.314	24.717
	179.835	138.948	220.909	182.165
Circulante	179.835	138.948	220.909	174.896
Não circulante	-	-	-	7.269
	179.835	138.948	220.909	182.165

b. IR e CSLL a pagar:

	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda a pagar	-	6.365	29.441	22.483
Contribuição social a pagar	-	2.005	3.714	8.645
	-	8.370	33.155	31.128
Circulante	-	8.370	33.155	31.128
	-	8.370	33.155	31.128

c. Imposto de renda e contribuição social diferidos:

	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fato gerador				
Ativo não circulante				
Prejuízo fiscal e base negativa	46.063	48.336	155.674	167.095
Provisão para contingências	-	-	25.114	38.310
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	6.733	12.401
Provisão para perdas nos estoques	-	-	2.521	4.058
Provisão para participação nos lucros	-	-	5.670	3.771
Outros ativos	3.423	3.246	19.043	68.919
	49.486	51.582	214.755	294.554

Passivo não circulante

Demais provisões - - - -

Correção monetária - - - -

PPA - Purchase Price Allocation - - - (1.078) (1.519)

Vida útil do ativo imobilizado (1.106) (813) (47.302) (39.458)

Custo atribuído do ativo imobilizado (5.142) (5.268) (5.116) (5.257)

Outros passivos (309) (600) (4.961) (8.339)

Posição líquida:

42.929 **44.901** **156.298** **239.981**

Os valores de créditos tributários foram reconhecidos nas controladas diretas e indiretas com base na expectativa de rentabilidade (geração de lucros tributáveis futuros) de cada controlada (limitado ao período prescricional da utilização do crédito tributário, com base na legislação tributária de cada país onde as controladas estão localizadas). A estimativa de realização dos créditos tributários ativos se dará de acordo com a expectativa de geração de lucros tributários futuros e realização das diferenças temporárias. O crédito tributário decorrente das provisões temporárias indedutíveis serão realizados em até 3 anos. O crédito tributário oriundo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social será realizado com base nas projeções de resultados tributários futuros das controladas em até 10 anos.

d. Movimentação do IR e CSLL diferidos líquidos:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo em 1º de janeiro de 2024	23.146	290.502
Reconhecido no resultado	18.536	(142.777)
Transferência	-	85.794

	31/12/2025	31/12/2024
Reconhecido em outros resultados abrangentes	3.219	3.219
Ajustes de conversão	-	3.243
Saldo em 31 de dezembro de 2024	44.901	239.981
Reconhecido no resultado	(677)	(75.507)
Reconhecido em outros resultados abrangentes	(1.295)	(1.295)
Ajustes de conversão	-	(6.881)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	42.929	156.298

e. Ativos fiscais diferidos não reconhecidos:

	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízos fiscais acumulados	955.546	264.512
Os principais montantes dos prejuízos fiscais acumulados não reconhecidos refere-se as subsidiárias da Tigre Chile S.A. e da Tigre Colômbia S.A.S, no valor de R\$ 174.785 e R\$ 44.119, respectivamente. Essas subsidiárias foram classificadas em 2025 como operações abandonadas.	922.298	257.615

f. Prejuízos fiscais a compensar:

	31/12/2025	31/12/2024
Expira	494.323	2026-2047
Sem prazo de prescrição	985.642	-

g. Conciliação do IR e CSLL no resultado:

	2025	2024	2025	2024
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	187.777	(220.479)	353.830	45.009
Alíquota fiscal combinada	34%	-	34%	-
IRPI e CSLL calculados a alíquota fiscal nominal	(63.844)	74.963	(120.302)	(15.303)

	2025	2024	2025	2024
Demonstrativo da origem da despesa de imposto de renda e contribuição social efetivos:				
IR e CSLL sobre prejuízos fiscais não reconhecidos	-	-	(24.721)	(235.210)
Juros sobre capital próprio	(29.222)	(11.591)	-	3.995
Créditos sobre indêbitos tributários	12.215	-	17.819	18.111
Diferença de alíquotas locais	-	-	(4.452)	20
Equivalência patrimonial	97.879	(32.381)	7.639	4.730
Imposto de renda - Lucro presumido	-	-	(709)	(405)
Incentivos fiscais	-	-	4.342	-
Doações e despesas não dedutíveis	(131)	(2.257)	(9.355)	(8.179)
Tributação em Base Universais (TBU)	(14.295)	(18.467)	(14.295)	(18.478)
Créditos TBU (9% presumido + guias exterior)	2.163	7.542	2.163	7.542
Correção monetária	-	-	(980)	(4.160)
Inovação Tecnológica	-	-	368	-
Subvenção Investimento	-	-	14.962	-
Programa de alimentação do trabalhador ("PAT")	-	-	569	383
Imposto de renda diferido não reconhecido - compensado	-	-	18.701	(497)
Outros	(20.807)	(463)	(53.108)	16.426
Total	(16.042)	17.346	(161.359)	(231.025)
Imposto de renda corrente	(15.365)	(1.190)	(85.852)	(88.248)
Imposto de renda diferido	(677)	18.536	(75.507)	(142.777)
Alíquota efetiva	9%	8%	46%	513%

23. CAPITAL SOCIAL

a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2025 o capital social autorizado da Companhia é de R\$ 956.066 (R\$ 956.066 em 31 de dezembro de 2024), totalmente subscrito e integralizado, sendo constituído por 15.238 mil ações, sendo 15.151 mil ações ordinárias e 87 mil ações preferenciais classe B, todas nominativas e sem valor nominal (15.238 mil ações, sendo 11.363 mil ações ordinárias, 3.788 mil ações preferenciais classe A e 87 ações preferenciais classe B, todas nominativas e sem valor nominal em 31 de dezembro de 2024). Em 31 de dezembro de 2025, as ações de titularidade do Grupo Tigre que estão mantidas em tesouraria, referem-se ao montante de R\$ 21.571 (R\$ 13.304 em 31 de dezembro de 2024), representadas por 63 mil ações, sendo em sua totalidade ações preferenciais classe B. **b. Plano de opções de ações:** Em 16 de setembro de 2022, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, o qual será disciplinado por meio de programas aprovados pelo Conselho de Administração. O plano aprovado pela Companhia possibilita a outorga de opções de compra de ações a determinados executivos e membros da Administração. O exercício das opções está condicionado ao cumprimento de requisitos de performance e de permanência na Companhia durante o período de aquisição de direito. As opções serão, se exercidas, liquidadas em ações preferenciais de Classe B da Companhia. As despesas com os planos são reconhecidas no resultado em contrapartida ao patrimônio líquido da Companhia, durante o período de *vesting* das opções. O valor das opções é inicialmente mensurado pelo valor justo na data da outorga, através da metodologia *Black&Scholes*. Calculamos o valor justo das opções outorgadas de compra de ações na data da outorga com base no modelo de *Black&Scholes* e premissas como: i. Valor de exercício: O preço de exercício é determinado com base em uma premissa de valor econômico. ii. Volatilidade do preço das ações: A volatilidade histórica foi estimada para cada potencial *vesting*, considerando a mediana dos desvios dos retornos logarítmicos de um grupo de companhias comparáveis. iii. Taxa de juros livre de risco: Utilizamos a curva futura DI x Pré disponível na data da outorga e projetamos os valores considerando o prazo estimado para o exercício das opções. iv. Dividendos esperado: Consideramos uma premissa de distribuição estável de dividendos ao longo do período de vigência das opções. v. Prazo do direito de aquisição: Com base nas melhores estimativas disponíveis na data-base da avaliação, o prazo para o direito de aquisição das opções foi estimado em cinco anos, com vencimento em 30 de junho de 2027. O plano de opção de compra de ações da Companhia teve início em setembro de 2022, com a outorga de 429.302 opções. Em 2023 foram outorgadas 52.374 opções adicionais, sendo efetuada a recompra de 59.514 opções, resultando em 422.162 opções ativas ao final daquele exercício. A movimentação das opções nos exercícios de 2024 e 2025 está apresentada no quadro a seguir. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía 374.945 opções de ações ativas, após a outorga de 54.265 opções e recompra de 101.482 opções no período. Em 31 de dezembro de 2025, após a outorga de 151.994 opções e recompra de 150.592 opções, o total de opções ativas era de 376.347.

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo em 01/01/2024	422.162	422.162
Outorgadas	54.265	54.265
Canceladas	-	(101.482)
Saldo em 31/12/2024	374.945	374.945
Outorgadas	151.994	151.994
Canceladas	-	(150.592)
Saldo em 31/12/2025	376.347	376.347

O saldo das remunerações baseadas em ações reconhecido pela Companhia em 31 de dezembro de 2025 totaliza R\$ 705, sendo R\$ 579 reconhecidos como despesa e R\$ 126 provenientes de aportes dos participantes (R\$ 732 reconhecidos até 31 de dezembro de 2024). Em 31 de dezembro de 2025, as opções de compra de ações outorgadas ainda não são exercíveis, pois os beneficiários não cumpriram integralmente os requisitos de performance e de permanência previstos nos contratos do plano. As opções passam a ser adquiridas gradualmente ao longo do período de *vesting*, conforme os critérios estabelecidos no plano, mas o exercício somente será permitida após o atendimento das condições previstas, inclusive de elegibilidade na data do exercício. Até a presente data, nenhuma opção havia sido exercida pelos beneficiários. **c. Ajuste de avaliação patrimonial:** Refere-se ao ajuste decorrente da adoção do custo atribuído para os principais bens do ativo imobilizado, realizada em 01 de janeiro de 2009 e, a

